

FACULDADE DE LETRAS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA
INSTITUTO DE ESTUDOS HISTÓRICOS DR. ANTÓNIO DE VASCONCELOS

Revista Portuguesa de História

TOMO XIII

HOMENAGEM AO DOUTOR PAULO MERÊA

VOLUME II



COIMBRA / 1971

Os Mesterais

Crónica Milenária do Trabalho Artífice

(*Continuação do vol. XII*)

I

OS MESTEIRAIS PORTUGUESES NA REORGANIZAÇÃO URBANA DA RECONQUISTA

5. Os mesterais e as suas obras

Naquele tempo Coimbra regorgitava de gente e era gente de raças variadas. Havia o cristão que nunca perdeu a sua maior parte, mesmo no passado, quando dia algara ido devastador Almansor e este não lhe deixou pedra sobre pedra. O mouro sarraceno, agora dominado, ocupava-se de mesteres e neles praticava a sua habili-dade e, se era forro, por conta própria ou ao serviço assalariado de ourem; se o não era prestava, como oatlivo, a servidão do seu destino. Em cidade que se tornou centro da crescente autonomia portugalense e ande tantos interesses se cruzavam, a presença dos judeus 'era inevitável e até para se desejar; eles foram sempre os grandes movim en ta dores da vida económi ca e os especialistas das oportuni-dades, das ocasiões únicas, dos momentos decisivos quando os *morabitanos* chamavam os *maravedís*.

Coimbra fervilhava de trabalho e a Corte, na Alcáçova, emprestava à cidade o brilho dos seus ricos-homens e infanções, da sua gente de armas e dos filhos-de-algo do séquito real do temido e admirado Senhor Afonso Henriques — o *Ibn Arik* dos mouros e seu legendário lidador.

O alcaide, no Castelo, dirigia e exercitava a sua cavalaria e a sua apeoaria para os ter sempre prontos para a batalha nas mura-

lhas, jem defesa do burgo, em campo raso na hora do fossado ou de quaquer veleidade de galegos ou de leoneses, isempne incertos em época tão mal definida em todos os contornos.

A multidão da gente de trabalho e dos mercadores, naturais da terra ou de fora; dos mesteres das tendas de intra-muros; dos hortelões e colonos dos subúrdios; dos almocreves, vindos do norte cristão ou do sul islamita, com as suas longas 'filas de bestas de carga; dos homens bons, de vida bem pautada e de arcas bem providas, com assento no *Concelho* da Cidade, era uma multidão movediça e pitoresca que circulava, gesticulava, regateava, ora turculenta, ora acomodaticia, consoante o afastamento ou a presença da autoridade a quem se submetia de bom ou de mau grado. Não tinha ela uma jurisdição efectiva ie eficaz sobre a turba-multa que enxameava as estreitas congostas, os becos, os páteos e os terreiros do aglomerado declivoso ou dos espaços mais livres e fáceis da beira-rio, junto ao areal da ponte restaurada?

A massa do povo do Concelho estava sujeita aos seus magistrados privativos. Nesta altura, o *alcaide* e os *alvazis* administram a Cidade e as justiças, com ou sem a presença dos homens bons conforme os casos e, também conforme os casos, presididos ou não pelo *alcaide* do castelo, como representante do rei.

As coisas decorrentes pelas ruelas e pelas praças, pelas feiras e pelos mercados, nas tendas e nas oficinas e em tudo que fosse público e comum estavam debaixo do olhar atento dos *almotacés maiores* que tinham, como oficial de execuções, um *almotacê menor* expedito em justiças e em expor no pelourinho, para exemplo de todos, o recalcitrante desrespeitador das leis e dos costumes do Conicelho, onde seria obrigado ao pagamento ida *Coima* se infringisse os preços fixiados na almoçataria do pescado, do vinho, d'a carne ou do pão ou falseasse os pesos e as medidas dos géneros e das coisas.

Esta magistratura idos amotacés era uma magistratura popular eleita mensalmente pelo Concelho. Os dois almotacés eleitos nomeavam o seu almotacê menor das execuções. Os almotacés maiores julgavam as faltas e encoimavam sumàriamente no local da infracção ou junto do pelourinho da Cidade. O almotacê menor executava a sentença (cobrando a multa ou coima ou expondo, o encoirnado faltoso, no pelourinho onde ficava, por tempo determinado na sentença, à vista do povo.

A *almotaçaria* e a magistratura dos *âmotacés* foram instituições intimamente relacionadas com a vida e as actividades dos mesterais.

Agora, ao vermos os *âmotacés*, junto do pietourinh/o, a julgarem um regatão por ter vendido o vinho mais caro do que devia ou a encoimarem um pescador do rio (por levar pelo pescado um preço maior, ou a obrigarem um mesteiral a fazer, outra vez, a obra encomendada e mal acabada, já sabemos como funciona a *almotaçaria* le como julgam os *âmotacés*.

Próximo, constrói-se a nova Sé da Cidade sobre as ruínas de outras. Erguem-se as suas torres ameladas, precaução necessária em todos os grandes edifícios porque todos eles entram no sistema defensivo do burgo. Pelo que se vê a nova igreja catedral é uma construção de tempo de guerra como deveriam ser as obras nesta era de César e do reinado glorioso do Senhor Afonso Hendiques. Mas a Casa de Deus e dos seus Santos não poderia deixar de ser tocada pela graça ornamental dos arcos concêntricos de volta perfeita, pelas cotonadas, pelas estátuas alegóricas e decorativas. As torres e as muralhas das paredes podem ser obra de todos quando convocados para a prestação da *anúduva*, as subtilezas ornamentais, porém, só artífices consumados as sabem executar. Pedreiros e canteiros dirigidos por mestres, artistas do seu mester, trabalham com o martelo e o escopro, torneando a pedra e modelando-lhe as formas segundo o estilo. Os pedreiros picam silbarías e afeiçãoam-nos. Canteiros esculpem e fazem sair da pedra capitéis historiados ou ornamentados de folhagens e de animais ou preparam bases de coluna enfeitadas com baixos relevos, muito esquemáticos, representando arcarias em *semicírculo ultrapassado* à moda goda. Enquanto os Mestres architectos orientam pelas plantas as linhas das arcadas das naves e observam o efeito, os carpinteiros desbastam grossos madeiros de carvalho, plainam as suas superfícies e as preparam, com os toques e ruídos peculiares, para o seu destino no pórtico ou nas pequenas entradas de serviço. Antes, porém, os *ferreiros* nas suas forjas elevam as peças ao rubro e batem-nas, depois, sobre a bigorna dando-lhes a forma grosseira que será afinada, em seguida. A sua última demão põe as peças em condições de se aplicarem aos pesados batentes do pórtico ou das portas simples como gonzos, ferrolhos e vários chapeados de utilitário reforço mas também de efeito ornamental, na salutar aliança, tão grata aos estilos da época, do funcional com o decorativo,

Trabalha-se na construção da Sé sob o olhar entusiasta do interessado bispo D. Miguel Salomão e com o afínco não menos interessado dos mestres e dos seus obreiros que dão o melhor do saber e da arte àquela obra, para glória de Deus e dos seus mestres.

Em vagarosos e chiantes carros de bois, vindos de ferrarias remotas ou mais próximas, chegavam ao campo do mercado, ao pátio do Castelo ou à oficina do ferreiro as pesadas barras de ferro destinadas ao trabalho deste mester tão importante em tempo de colonização desbravadora de matagais e de luta, quase incessante, com o intruso almóada africano. Só o ferreiro trabalhava a relha e o ferro do arado como temperava a lâmina da espada e sabia preparar as malhas de uma armadura de guerra.

O ferreiro não tinha mãos a medir com encomendas e correimentos de peças de toda a ordem. As partes metálicas dos arreios das montadas ou acessórios de cavalgar como freios e estribos ou esporas 'estanhadas eram obras delicadas daquiale mester, acrescidas das ferraduras de toda a espécie de montada com os seus competentes cravos. As «azecas» e «secas» de *vezadoiros*, os ferros de arado, as enxadas e os sachos saíam da oficina do ferreiro para as mãos do lavrador e do hortelão do alfoz. Pregos, guilhoados, espetos e muitos outros ferros saíam aguçados ou iam a aguçar ao mesteiral que trabalhava na forja e na bigorna que fazia obra pesada e grosseira a par de rendilhadas delicadezas de grades ou de peças enfeitadas quando não tinha de temperar, com perícia de alfageme, as lâminas das espadas ou reforçar escudos de ferragens que eram também ornamento da mais considerada arma defensiva.

O ferreiro, de braços musculosos, a suar em bica ao calor do seu ardente e pesadíssimo mester, revestido do avental de couro espesso para o (defender das escórias rubras da forja ou da bigorna, foi o grande obreiro anónimo do trabalho da Reconquista. Com o fogo e o malho o ferreiro forjou Portugal ao forjar a espada e o arado que talharam o novo Reino, fecundando-o.

Na locanda oficina, no castelo ou nas obras de igrejas e de mosteiros, o ferreiro foi um mester importante na cidade de Coimbra, então sede da Corte e base económica e militar de um principado pletórico de energias.

Íparece que nestes meados do século XII os *sapateiros* em Coimbra eram também curtidores, surradores e até *peleteiros*, tal a variedade

de couros e de peles que preparavam destinadas às obras específicas do seu mester. Couros de vaca, ide zebro (cavalo selvagem), de bezerro, de cervo, de cabra, de carneiro e mesmo pele de urso eram aproveitados, pelo mester, como matéria prima. A obra do sapateiro era muito variada como eram variados os couros e as peles surradas ou não. A flexibilidade das peles e a macieza dos seus pêlos e lãs serviam ao artífice para manufacturar as espécies mais finas e mais caras.

Sapatos (compreendendo o que hoje chamamos botas), *abarcas* (espécie de muicassinos com correias de atar em volta das pernas), *sapatas* correspondentes aos nossos sapatos actualis) e as *osas* — a obra cara do mester e, parece, feita de pele de urso — constituem, nas suas múltiplas formas dentro de cada espécie, o mostruário do sapateiro de Coimbra no decorrer da segunda metade do século. Vejam-se os «modelos» apontados na tabela da almotaçaria: sapatos de couro de vaca com boas peças, untados, e de boas *seffiutas* X¹) ; sapatos zebruns e bezerruns untados (para serem usados na água?); abarcas *muzas*<²) ou agudas; sapatos cervuns, caprums e cameiruns sendo os caprums de correias; osas negras; osas com *guadamecis*; *sapatas fardadas*^); sapatões vermelhos de bom couro; sapatos vermelhos; sapatos de cordo vão com correias; seguem-se pormenores de corte e de aplicações ou tratamentos dos couros e das peles dos sapatos — *decolados* (degolados?), *seffiutados* ou *suffiutados* !(*suffiutas* ou *seffiutas* boas), e *suffiutas* com *róstales* (²). Pelos exemplos indicados se depreende que a obra de sapateiro ia desde o calçado prático, grosseiro e resistente, até ao artefacto de luxo e de grande luxo feito de peles caras coloridas e com aplicações decorativas ricas.

Os tendeiros (*tendariis*) não eram propriamente artífices, mas não podem esquecer-se neste quadro da vida económica do dia-a-dia de um centro como o de Coimbra no tempo do primeiro rei português.

Os tendeiros vendem, nas suas tendas, por pesos e medidas, mantigas (às *alukias*), cebo de caméiro cosido ou cru e fixaldo (*alukiasj*, cera (è «libra» e às *alukias*) o mel (aos *cúbelos*>, a pimenta (a *arenzos*), o queijo seco (ao *arrátel*) e o azeite (aos *cúbelos*)¹.

0) Solais (ou *soiutas*).

(²) de murçai?

A preparação e o comércio das vitualhas é um mester de *ten-deiros* m'as, corno arte, têm formas mais 'Completas no *carniceiro* do açougue e no *pescador* do rio ou no da Foz que sobe o Mondego com a sua carga de pescado do mar para a vender à gente do burgo e da corte. Quamito ao sieu abastecimento Coimbra está em posição privilegiada: não muito longe do mar, não muito longe da serra e tem ali à mão os olivais das encostas, as campinas verdejantes e o alfobre das suas hortas e pomares no arrabalde onde se erguem, de atalaia, a torre de João Rolim, a torre de Martim Vasques de Góis, a torre da Magdalena e a de Santa Cruz.

Junto da muralha do conde D. Sismando, sempre renovada pelos cuidados do príncipe e pela contribuição braçal dos homens do Concelho, em terreiro extra-muros, estendido até à praia e no caminho para a ponte, juntam-se, formando mercado, os que vêm das hortas dos arredores e de além-rio, os que vêm de barco ou os almocreves que atravessam a ponte com as suas filas de muías, carregadas com a mercadoria do sul, onde vem a carga de panos miais ricos ou dos couros afamados idas térras idos sarracenos. Não longe, os oleiros e os telheiros têm as suas olarias e telheiras e os *cardineiros* (tinturedros) os sens tanques de tingir os panos de cárdeno (púipura) que lhes dá o nome, panos que depois estendem a secar.

Além das telhas, os telheiros fazem vasilhas para servirem de medidas de líquidos e vendem-nas ali, no mercado das portas, não muito afastado da sua telheira. Lá estão eles com os seus cântaros, as suas «quartas» com panela, as suas vasilhas asadas e os almudes, com toda a obra bem feita, bem cosida «e pelos moldes do *Concelho*, sob o olhar atento dos almotacés

Por entre os vendedores e os compradores daquele mercado, feito pela ocasião e pelo sítio, andam os *alfabezeiros* a vender as suas fogaças aos da terra e, sobretudo, aos que de fora vêm de longe jomada, em busca 'da corbe e do ganho para o seu negócio.

Dentro da Cidade um mercado mais perto e policiado oferece aos moradores um lugar cómodo para se abastecer. Neste mercado ou nas tendas dos mesteirais tudo se encontra para satisfazer as exigências da vida. E não faltam sequer os ourives que fazem joias e adereços e são exímios nas obras de ouro ou de prata destinadas ao culto. Cálices de ouro historiados a cinzel e cruces preciosíssimas filagranadas saem das mãos dos ourives e vão enriquecer as alfaias de igrejas e mosteiros que em toda a parte se

erguem no afã da Reconquista e da recristianização. Latoeiros e caldeireiros trabalham constantemente o cobre e o bronze e destes metais ie suas ligas modelam grandes e pequenas peças de uso. As constantes operações militares para além do Tejo e o provimento, em alfaias die toda a ordem, imposto pela colonização sistemática dos territórios conquistados, não dão descanso ao trabalho dos grandes mesterais «estabelecidos nos burgos importantes e mais chegados aos campos ;corridos péla *algara* ou píelo *fossado*. Mas davam-lhes também facilidades. Dispunham de mão de obra especializada de mouros e de moçarabes, baratíssima e isenta de imposto, como isento estava o próprio mester quando instalado em casa própria. Gosavam da isenção do pagamento de foro os ferreiros, os sapateiros e os peleteiros, mesteres imprescindíveis que se queriam fixados às terras por as suas obras terem consumo extraordinário no tempo movimentado da progressão para o sul, com o natural desgaste de um esforço de guerra e de organização quase contínuos*

Assim como dispunha dos *reguengos*, a coroa (ou o Estado na pessoa do Príncipe) tinha a propriedade de muitas casas que lhe veio à mão pelo abandono dos seus antigos habitantes, mouros vencidos ou em fuga para o sul. Aos mesteres desalojados ou recém-chegados foram atribuídas essas casas para nelas se estabelecerem com as suas tendas e aí trabalharem mediante pagamento de foro ao rei. Os ferreiros e os sapateiros tinham a preferência. Deles dependia, em grande parte, o êxito das deslocações e das batalhas, das construções e do desbravamento das terras. As armas, as ferraduras, as peças metálicas dos arreios e as ferramentas, o calçado, o vestuário militar e as peças de couro dos arreios dependiam da perícia daqueles artífices. Entre os mesterais destes tempos os ferreiros e os sapateiros são os mais contemplados pelas disposições dos diplomas régios ou pelas deliberações dos Concelhos dos homens-bons das cidades e das vilas ao reconhecerem-lhes direitos ou ao definirem-lhes os seus deveres e encargos.

Até aos fins do século xm os diplomas régios—e, em particular, os forais — continuaram a dar preferência àqueles mesteres, passando sempre os preceitos de uns diplomas para os outros, especialmente em matéria de encargos, por tais mesteres serem os de maiores ganhos em épocas de despesas extraordinárias de guerra. E é curioso notar que são os mais importantes centros urbanos do sul os contemplados com uma regulamentação expressa, relativa aos fer-

reiros, aos sapateiros e aos peleteiros, como o de Sintra de 1154, no tempo de D. Afonso Henriques ou, ainda, de maneira mais precisa, no regime adoptado para Coimbra e Lisboa em 1179. Reinando D. Sancho I, este regime estendeu-se, em ritmo muito lento, por Almiada (1190), Leiria (1195), Alcobaça (1210). E nos reinados seguintes passou a Montemor-o-Velho (1212), Vila Franca de Xira (1212), Torres Vedras (1250), Beja (1254), Odemira (1255), Monforte (1257), Estremoz (1258), Vila Viçosa (1270), Évora-Monte (12171) e Castro Marim (1277).

O mesteiral, como artífice, senhor de uma arte e de uma técnica, é, neste tempo, apreciado e considerado na medida das necessidades e por elas reclamado, numa exigência do mais imprescindível à vida de uma organização social que voltou ao princípio e procura ajustar-se.

Não é para admirar, portanto, o número reduzido dos mesteirais — como divisão e especialização do trabalho — no panorama económico dos alvares da nossa autonomia política.

Os concelhos afastados e confinados na sua agremiação comunal, como os de Castelo Bom, Castelo Rodrigo, Alfaiates e Castelo Melhor, são os mais copiosos em referências aos seus mesteirais. Por elas pode ajuizar-se a indústria e do comércio entre minúsculas vizinhanças que vivem sobre si, contando unicamente com o próprio esforço.

Os ourives do concelho e do seu termo; os ferreiros, atarefados nas suas obras de ferramentaria agrícola para serem dispensados de pesados encargos braçais, guerreiros ou monetários, pois um certo número de relhas fabricadas insentava-os; os ferradores não param de ferrar o gado com as ferraduras trabalhadas pelo ferreiro; os sapateiros batem sola todo o dia; os carpinteiros, além dos «ossos» do seu mester, trabalhavam a madeira e, em ripas, levavam-na ao morado para aí a vender assim afeiçoada; nas suas azenhas e moinhos os azenheiros e moleiros moiam, à vez, as maquinas pela sua ordem; as padeiras vendiam as cozeduras de pão que os fomeiros deviam bem coser nos seus fornos; enquanto os peleteiros preparavam as peles de coelho e de cordeiro para depois as venderem ou as entregarem aos donos; os telheiros afincavam-se no fabrico, em grande escala, das telhas e dos ladrilhos que deviam rematar a obra dos pedreiros e dos carpinteiros guardando a técnica remota legada pelos construtores (*structor*) romanos; os oleiros

modelavam cântaros e olas e outras vasilhas de medição de líquidos. O carneiro abate, no açougue, e o pescador pesca no rio e ambos fornecem, no mercado e nas tendas, o alimento mais rico das gentes do Concelho, do seu termo e das aldeias. O benemérito sangrador socorre os enfermos aplicando as bichas (sanguessugas) ou as ventosas.

Os panos de cor compravam-se no mercado e nas feiras quando se tratava de obras vindas de fora. As peças de bragal faziam-se em casa da estopa, ido limbo e da la que as mulheres fiavam, dobavam e teciam no antiquíssimo tear da família e assim se fez durante longos e dilatados séculos.

A vida da comunidade concelhia está, em grande parte, dependente da obra e dos fornecimentos da gente dos mesteres que tem consciência disso. Levada pelo espírito da ganância abusa elevando o custo do trabalho e da obra feita ou adulterando a qualidade do produto. Queixam-se os lesados e as justiças intervêm. Repetem-se as queixas e a *almotaçaria* surge a fixar preços e jornas. Naquelas pequenas repúblicas de lavradores ou nos burgos mais populosos, as justiças dos alcaldes, alvazis e homens bons chamam a si os pleitos provocados pelos mesterais e passam a prevenir a lisura do trabalho submetendo-o à *almotaçaria* que é, ao mesmo tempo, o tabelamento de preços e de jornas, fiscalização de pesos e medidas, garantia da qualidade e perfeição das obras, e tribunal, com jurisdição sobre os mesteres, sumário nos seus julgamentos.

6. Os «CONCELHOS» e os mesteres. *Superintendência sem representação dos mesterais.*

Os homens do Concelho ie os juizes eleitos — *alcaldes* e *alvazis* — nomeiam dois *almotacés* que, por sua vez, lesicollhem um *almotacé menor*, e com esta magistratura de nítida e já mosisia iconhecida proveniência hispano-islâmica, organizam a *superintendência* da gente mesteiral e idos 'lugares onde opera: no mercado, na tenida, na venda ambulante e nas feiras.

Transportemo-nos de novo a Coimbra. Aí vimos que, no meio da balbúrdia de desenfreada regatia, os *almotacés* faziam justiça, em plena praça ou ruela, encoimamdo só, ou aplicando a pena mais dura da coima ou multa com exposição do condenado na «picota» (ou pelourinho) onde ficava à vista de todos para exemplo.

Os juizes e os homens-bons do concelho fazem a almotaçaria fixando o preço das obras, das jornas e dos produtos. Esta é a primeira providência destinada ao bom ordenamento da vida económica e da paz pública em face dos desmandos de mesteiros e mercadores, sempre insofridos nos seus ganhos, tanto em Coimbra como em qualquer outro lugar.

Em 1145 a Almotaçaria de Coimbra estipulava em 3 dinheiros uma ferradura para ferrar cavalo, em 10 ou 8 dinheiros uma enxada e um ferro de arado de 6 arráteis, em 4 dinheiros um sachó de dois arráteis, um par de esporas estanhadas 6 dinheiros e um freio também estanhado 15. Uns sapatos de couro de vaca bem untados e guarnecidos só podiam ser vendidos por 12 dinheiros, mas se fossiem de zebrum ou de bezerrum só o seria por 7 dinheiros e as abarcas, de qualquer forma, tinham o seu preço fixado em 6 dinheiros; se fossem de couro de cervo, 18 dinheiros; ossas negras podiam vender-se por meio morabitino e as enriquecidas de aplicações eram as mais caras, vendiam-se por 1 morabitino; os sapatões vermelhos, de bom couro, estavam fixados em meio morabitino e os sapatos de cordovão com correrás em 20 dinheiros. A almotaçaria dos sapateiros tabelava até os 'concertos e os acessórios, os ornamentos e o feitio.

Todos os mesteres e tendas tinham as obras e os géneros tabelados como os exemplos dos ferreiros e dos sapateiros nos mostram a minúcia. A almotaçaria do concelho -não se limitava ao tabelamento dos preços levados pelos ferreiros, sapateiros, carneiros, pescadores, tendeiros de diversos géneros e especiarias, tintureiros, telheiros e oleiros, padeiros e alfabrezeiros, nem à fixação dos pesos e medidas por que tinham de vendesse obras e géneros.

Em defesa da indústria local de cortumes o Concelho não permitia a importação tanto de couros preparados em «algazarias» de judeus como de cristãos, mesmo quando o curtidor fosse o próprio sapateiro. Por outro lado, defendiam-se as provisões da cidade proibindo as vendas de couros, curtidos ou secos, em cercados de fora.

Outra medida curiosa, destinada a facilitar as transacções, era a que permitia vender o que custasse uma moeda de rara circulação pelo seu valor em dinheiros. Um *morabitino* ou um *soldo* podiam ser reduzidos a dinheiradas. A frequência destas dificuldades deram-se quando as moedas de ouro escassearam.

A boa qualidade da obra feita pelo mesteiral interessava à almotaria do Concelho sobretudo quando dessa qualidade dependesse a segurança e o conforto das pessoas como sucedia com a cobertura dos telhados: os telheiros não podiam fazer telhas sem que o *almotacé* lhes desse a forma e fiscalizasse o fabrico. Além disto era de preceito que as telhas fossem bem cosidas. Quando os telheiros não fossem capazes de fabricarem telhas conforme os padrões e os preceitos, as regras estipuladas em Castelo Bom, na mesma época, não lhes permitiam continuar a trabalhar no mester. Os ferradores do mesmo concelho se colocassem mal as ferraduras e estas caíssem ou se pela má qualidade se quebrassem, eram obrigados a ferrarem, de novo, sem preço ou ao pagamento de morabitino ao queixoso.

Os ferreiros de Castelo Bom eram obrigados a fazerem as ferraduras e os cravos; se fossem maus pagariam 4 morabitinos ao Castelo e dariam, em duplicado, aos ferradores. A perda da obra por culpa do ferrador implicava a indemnização de 1 morabitino *por* cada obra.

Os moleiros, azenheiros, padeiros e forneiros que não fizessem bem o seu trabalho eram encoimados pelo almotacé do Concelho e obrigados a indemnizar os queixosos. As suas obrigações consistiam principalmente em guardar a vez de cada um e em fazerem boas moendas e coseduras. O mesmo sucedia ao ferreiro quando não trabalhasse a *destaiada* e teria de atender, à vez, aqueles que os procurassem para calçar ais relhlas dos seus arados >e teria de as corrigir. É regra geral: toda a obra perdida por culpa do artífice teria de ser paga por ele, «corno manda a carta em todo o lugar».

Há, nesta época, um preceito genérico muito importante, expresso, directa ou indirectamente, em muitos estatutos e costumes dos Concelhos, e que é a forma mais antiga da regulamentação portuguesa do trabalho mesteiral: «todos os mesterais que trabalharem em obra alheia e a fizerem mal, façam-na outra vez sem levar preço, ou paguem 1 morabitino ao dono da obra, ou jurem que não sabem fazer melhor».

Outra disposição promulgada pelos concelhos refere-se a certa maneira de retribuir o trabalho prestado pelos mesterais: «Todo o mesteiral que *pedir merenda pelo trabalho* que tenha de fazer fica obrigado a pagar 1 morabitino aos alcaldes se o puder fazer, se não, jure com um vizinho». É possível que, ao princípio, o trabalhador *k merenda* fosse uma forma de iludir o Concelho para

fugir aos encargos de mesteiral estabelecido e pago à jorna. Não se proíbe o trabalho à *merenda* mas obriga-se ao pagamento de uma taxa quando o artífice não consiga provar que o não pode fazer.

Às magistraturas concelhias convinha ter mão e debaixo da vista dos seus almotacés toda a gente dos mesteres para melhor fiscalizar as suas actividades. Os alcaides, os alvazis e os homens-bons punham os maiores obstáculos ao estabelecimento dos mesteirais longe das povoações. Não lhes convinha a dispersão. No mercado e nas feiras estava a coisa bem. Todos se reuniam no mesmo terreno e aí se juntavam, vendiam e compravam sob o olhar inquiridor dos almotacés. Não é, portanto, causa de estranheza que os do Concelho de Castelo Bom, nos finais deste século XII e nos começos do XIII, não permitissem o trabalho dos ourives no termo, quer dizer, na área circunvizinha da sede concelhia, sem que pagassem a importante taxa de 10 morabitinos. Se, na verdade, não trabalhassem naquela área, fizesse ele, e mais quatro '(a *manquadra*) a prova /disso. Confirmado o facto por cinco (declarações não carecia o ourives em causa de prestar a *manquadra* ou prova de juramento prestada por quatro vizinhos. Pelo teor da deliberação dos homens de Castelo Bom, estes não queriam proibir o trabalho dos aurífices fora da povoação, mas dificultá-lo por razões de varejo e de réditos ou, talvez, para evitar o contrabando do ouro com a sua saída para fora do nosso território, em sítios tão próximos da raia.

Já vimos quais foram os efeitos imediatos da progressão da reconquista cristã para o sul: a importância excepcional dos mesteres de ferreiro, sapateiro e peleteiro, a fixação destes nas povoações isentando de foro os que já possuísem casa e tenda e cedendo, a troco de foro (ou renda?), as casas do rei àqueles que não tivessem moradia no sítio, a dispensa de certos encargos militares e braçais, a isenção do pagamento de foro pelos mouros mesteirais que tivessem ao seu serviço e alforria com direitos pautados por carta de foral aos islamizados que sinceramente acatassem a autoridade do rei dos portugueses.

Em carta de foro, concedida a Loulé por D. Afonso III, o rei consagra o regime legal dos bens públicos da coroa advindos a esta, pela conquista definitiva dos territórios ocidentais da Península, com a inclusão do reino do Algarve: «e ficam para mim e para os

meus sucessores, todos os fornos de pão e todas as salinas, construídos ou em construção em Loulé ou no seu termo, bem como todais as tenidas que aí possuíam os reis (rex = chefe) mouros no tempo dos sarracenos». Os lugares onde se produziam bens económicos eram fontes de riqueza que a Coroa — antiga configuração do Estado — chamou a si, dentro do conceito vigente da patrimonialidade régia dos bens públicos. Os lugares onde se fabricava o pão cosendo-o, as áreas onde se produzia o sal e as baiúcas onde os mesteres participavam as suas artes mecânicas ou os mercadores faziam as suas transacções, eram fontes de rédito muito importantes que interessavam, sobremaneira, ao tesouro da Coroa e representam os primeiros elos da cadeia das sucessivas intervenções régias na vida económica de uma sociedade que se estava a organizar e nela os mesteres tinham a sua quota muito relevante. Sobreposta à regulamentação do trabalho pela almotaçaria dos concelhos, lá está a Coroa, senhora e proprietária de boa parte do território e do seu património, por força dos varios abertos pela Reconquista, a tentar meter-se na economia dos mesteres que, em breve, começaram o seu lento lengraindeoimento, até tornarem-se numa das forças políticas que os monarcas, não niaras vezes, se apoiaram.

Neste momento tal força ainda está distante. Por agora dominam as *Cartas de foral*, diplomas régios fixadores de encargos e direitos dos vizinhos de um *Concelho*, com referências expressas aos mesteres, às suas isenções e aos seus deveres tributários.

É de notar como num meio instável de população mesclada de credos e de raças, de língua e de escrita, tudo aperentemente tão oposto, foi possível estabelecer, dentro de uma tolerância quase inexplicável em apaixonada atmosfera de «guerra santa», os alicerces sólidos das novas instituições que abarcariam gente de tão diversa proveniência e formação.

A facilidade em conceder alforria e em dar *cartas de foral* aos mouros, as benignas relações estabelecidas entre vencedores e vencidos e a evidente preferência pelos serviços dos mesterais mouriscos ou moçárabes são factores que têm a sua origem em algo miais profundo (do que as razões circunstanciais 'de uma política de pacificação, existente, mas pouco para explicar os laços subtis, atados por toda a parte. A atitude de D. Afonso Henriques perante a sua maior conquista — Lisboa — ao colocar-se, com a sua gente, à margem do saque inevitável e ao recolher os vencidos, explica.

em grande parte, tudo quanto se passou e iria passar nos reinados seguintes: a luta não era com os habitantes estabelecidos nas terras ocidentais da Península, islamizados ou moçárabes, mas contra o intruso almóada africano que mantinha chefes e guarnições e tinha alguns apaniguados de seita.

Neste extremo da Hispania, o *substractum* populacional era o autóctone; falava uma língua comum — o *romance* — ainda que entrecortada idie arabismos, sempre esteve pouco islamizado. Isto explica a rara arqueologia islâmica das nossas terras e as fáceis adaptações da nossa reconquista. De facto, é preciso não esquecer, foi uma reconquista.

A promiscuidade entre cristãos e mouros no seio dos trabalhos dos mesteres é patente e, como vimos, foros e forais comprovam-no bem e icom a miaior das naturalidades. O judeu está presente; o seu racismo congénito, porém, salva-o da promiscuidade étnica; trabalha com o mesteiral mas, sobretudo, mercadeja — (é a sua vocação.

O esforço reorganizador da Coroa, através do governo do rei, procura aproveitar-se de todas as circunstâncias, para delas tirar o máximo, em benefício do agregamento das comunidades concelhias e monásticas em torno da instituição que representa, enquanto os ricos-homens e os infações formam, com as Ordens Militares, os «quadros» das hostes do seu exército, em plena campanha de ofensiva e a mover-se dentro da estratégia da grande Cruzada do Ocidente.

É nesta posição que deve encarar-se a política da Coroa e as suas relações com os mesteirais. Ao contrário do que pensam alguns autores em pouco amadurecidas conclusões e nas sistematizações lançadas ao correr da pena, nesta altura — fins do século xii e primeira metade do xm—não havia ainda uma oposição de forças entre mesteirais e lavradores. Todos eram mais ou menos lavradores.

Os homens dos mesteres, mesmo nos centros urbanos maiores e muito populosos, se não constituíam uma força política digna de nota, capaz de enfrentar as intromissões legais das magistraturas concelhias na sua vida económica formavam, sem dúvida, uma classe oom quem tinha de «contar-se — pella sua habilidade e perícia — como absolutamente indispensável ao esforço da reconquista e, com maiores razões, ao da reorganização da recta guarda*

Os diplomas da época são claros, nas suas disposições, a tal respeito. Se rareavam mecânicos habilitados tinha-se, conforme se viu, de facilitar a sua fixação atraíndo-os com (privilégios e isenções além de se mobilizar os mesterais mouriscos cativos ou encher de garantias os forros. Todos precisam dos mesteres e do trabalho dos seus homieinis. Os mesteres eram poucos e muito o trabalho. Não tinha chegado o tempo da medição de forças em pleitos de interesses.

A única força que pesava sobre os mesteres já vimos qual era: a força fiscalizadora exercida pelo *Concelho*.

Convém salientar que na esfera económica das artes mecânicas havia artífices a trabalhar por conta de outrém ou como assalariado ou como criado ou colono. O alcaide, no *Castelo*, tinha mesterais entre os seus homens e o mesmo sucedia aos ricos-homens nas suas *honras* (nas terras privilegiadas). As *Ordens Militares*, nos extensos territórios da sua jurisdição, dispunham de criados e colonos, hábeis nos mesteres, que muito contribuíam para a grande independência daquelas Ordens. Os mosteiros colonizadores — como os de Cister—dispunham de (colonos que exerciam os seus mesteres em benefício da Ordem e das colónias agrícolas por ela fundadas para desbravarem e tornarem produtivos os seus coutos.

O mesteiral que trabalha por conta própria e serve a quem o procura, tem mais conteúdo no agrupamento comunitário e, em germe, a potência política que algum dia se manifestará ruidosamente.

Por enquanto 'é um elemento passivo no seio da política dos *concelhos* das Cidades e das vilas. Em todo o caso, certos privilégios e isenções, agora conferidos, não deixariam de influir e modelar um «corpo» que mais tarde se institucionalizaria na única forma democrática que, na verdade, perdurou entre nós no decurso da História.

A isenção de certos serviços castrenses como o da *anúduva*, o 'do *apelido*, o do *fossado* neste tempo de reconquista e a de serviços braçais comuns do concelho, são privilégios apreciáveis que algumas importantes isenções tributárias avolumavam em benefício 'dos mesteres ligados à própria vida dos concelhos : os tendeiros, moleiros e fomeiros de pão de Santarém estavam, em 1179, livres do pagamento do foro; a mesma isenção estendeu-se, sucessivamente, a outras terras. Os ferreiros, sapateiros e peloteiros

de tantas Cidades e Vilas não pagavam, como já vimos, o foro das suas tendas ou pelos mesterais mouriscos que tivessem ao seu serviço. Estes privilégios e isenções podiam resultar de deliberações do Concelho dos alvazis e homens-bons mas, na sua grande maioria, eram concedidos pelo rei na *Carta de Foral*.

A *Carta de foral* reconhecia direitos, concedia privilégios e isenções mas um dos seus fins principais foi o tributo a pagar pelos habitantes do concelho. Por via de regra, o encargo para com a Coroa — então ainda confundida com o património do príncipe — era satisfeito iem moeda: *soldos*, *morabitanos* ou *dinheiros*. Havia terras, porém, onde os mesterais pagavam com obras do seu mester ou com géneros da sua produção. Em Sabaddlhe, no ano de 1220, o *ferreiro*, morador na terra, tinha de contribuir com 5 malhos por ano; o *oleiro*, de cada três coseduras devia entregar 21 olas (vasilhas) uma grande e outra pequena; o *conqueiro* obrigava-se, por ano, em 12 concas (ti j elas) e vasos; o *peleteiro* pagava por uma só vez com um manto de forro em cada dois; o pescador que vivesse da pesca contribuía com pão e vinho correspondente a três noites no rio; o sapateiro que se governasse do seu mester era obrigado em meio *braga!* (*bragál* = peça de linho mais grosseiro) por ano.

O rei fixava as tributações e reconhecia os direitos ao conceder a *Carta de foro* que se referia, leexpressamente, a muitos mesteres e, por meio dela, ia modelando, uns pelos outros, os núcleos populacionais dentro de uma mesma maneira de convívio.

Por outro lado, os *concelhos* com os seus alcaides, alvazis e homens-bons, isto é, com os seus magistrados e a assembleia de vizinhos, ordenava a vida social e económica policiando o exercício das actividades mecânicas dos mesterais de modo a defender os interesses de todos, incluindo os dos próprios mesteres e dos seus artífices.

Quer dizer: o governo central e os governos locais procediam segundo as exigências de reorganização que os progressos da Reconquista impunham, regulando o funcionamento de todas as formas de trabalho num dirigismo incipiente que o tempo abrandaria e quando os mesteres fossem também chamados às assembleias concelhias para aí deporem na defesa dos seus interesses.

7. Os «Concelhos» e os mesteres — superintendência com representação convocada dos mesterais

Até aqui trabalhámos na linha da frente em contacto com os usos dos islamizados e com as implicações derivadas da fluidez e da conseqüente instabilidade de um meio muito perturbado e misturado.

Agora vamos 'penetrar em 'aglomerados mais estáveis, die formas já institucionalizadas ou em vias de encontrar a configuração definitiva.

Atravessemos o caudaloso rio Douro e contornemos as muralhas do Burgo da Virgem, metendo pelos caminhos do norte em demanda de Guimarães. Por quintas e casais foreiros dos senhores das *Honras* de entre Minho e Douro ou através das vilas aforaladas por el-rei e orgulhosas dos seus 'privilégios e alforrias, chegámos às portas de Guimarães e à vista do seu Castelo, pedra angular do Reino.

Diz-nos a experiência que o *Campo da feira* é o melhor sítio de encontro com as necessidades económicas de uma terra e com as artes dos seus mesterais. A matéria prima e os artefactos vêm ao campo da feira para abastecer a todos consoante os seus interesses e esta exposição periódica dá um valioso testemunho de aptidões e de trabalhos dos mesterais da terra e dos que concorrem de fora.

Pela *portagem* da mercadoria entrada com destino à feira ou ao mercado é fácil apurar quais os mesteres que, por altura de 1258, tinham assento em Guimarães. Entram panos de todas as qualidades destinados principalmente aos *alfaiates* que deles se servem confeccionando as peças de vestuário específicas da sua obra. Os peleteiros podem estar ligados às obras do feltro e da sua preparação. Os coiros que entram na vila de Guimarães são trabalhados pelos *sapateiros* que exerciam o mester de correeiro e talvez curtissem. Entra o ferro em massa para ser trabalhado pelo *ferreiro* ou 'entra sob a *forma* de relhas, enxadas, isachos e outras ferramentas próprias das lides rústicas. Mas também entra o aço, o que leva a supor o *cuttleiro*, na sua tenda, a preparar as lâminas, bem temperadas, de cutelos, facas e machados. O pescado fresco ou seco sugere o *peçador* e este pesca e mercadeja o produto do seu trabalho, tal como o colhe nas suas redes ou depois de preparado e ressequido ao sol. A carniçaria de toda a espécie de reses — boi, vaca, carneiro, cabra e porco — entra para a feira da vila e 'é cortada e retalhada pelo experiente *carniceiro*, enquanto a cera, o grão, a pimenta e o

sal destinam-se ao prestante *tendeiro* mais vendedor de especiarias do que mecânico, conquanto mecânico fosse, um pouco, toda a gente do povo comum. Todos eram agricultores e alguma coisa lavravam na sua almuinha. Todos mercadejavam o seu produto e a sua obra. O *mercador* viajante ou com lugar fixo, porém, era o que tinha mercancias importadas à consignação e fazia do comércio um modo de vida. O ferrador, subsidiário da tração animal dominante e do ferreiro, é um mester muito procurado e tem no almo-creve uma garantia permanente de trabalho.

Se não fosse preciso mais nada para lembrar os mesteres de *pedreiro*, *canteiro* e *carpinteiro* lá está ainda a obra perdura dora dos monumentos de pedra que a sua consumada perícia talhou e ergueu, servindo-se das técnicas milenárias e agora fazem o orgulho da cidade de Mumadona: a torre, as muralhas do Castelo, a capela de S. Miguel, a igreja da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira e aquelas arcarias românicas, tão proporcionadas e elegantes, do velho mosteiro que, pela sua harmonia, impressionam e tocam fundo o sentimento estético.

O aço importado, sujeito à portagem, induz a indústria de cutelaria, de tão afamado éco. O linho produzido nos campos das freguesias vimaranenses lembra a sua tecelagem e esta foi indústria importante, já no século xm, como provam a qualidade e a variedade da obra dos tecelões de *lenço* (linho fino de tipo «bretanha»), de *pano* (linho menos fino) e de *bragal* (linhagem grosseira e mais barata). Mas o *pano* e o *braga!* foram as duas qualidades de tecido de linho mais comuns produzidas pelos teares de Guimarães. Não sei se este mester era, naquele século, trabalho de tecedeira ou se havia tecelões e guardava-se para a mulher o mester da fiadeira e da dobadeira, ficando o homem com o tear. Mais tarde sabe-se que os dois sexos eram admitidos na indústria dos tecidos com as mesmas missões ou com o trabalho repartido. Além da estopa do bragal havia, é claro, a lã, lavada, cardada, fiada e tecida, em trabalho dividido ou não, dentro de uma característica indústria doméstica o que ocorreria de igual modo como o linho. De outras partes do território português e até de outros reinos chegavam às portas de Guimarães cargas de teoidos importados onde a lã das regiões mais frias marcava e era adquirida pelos mesteres de vestimentaria ou por aqueles que depois encomendariam a obra desejada ao alfaiate.

Salvo os momentos calamitosos das correrias e incursões guerreiras, com fugas e esonderijos, os aurífices do noroeste não deixaram de trabalhar nia sua arte multimilenária fazendo ríeos e vistosas adornos ou trabalhando em preciosas alfaias de culto que, em tempos de grande prosélitismo, tinham a primazia e aguçavam o engenho e a arte. A ourivesaria nunca deixou de produzir nas terras do Minho. Manteve sempre uma linha ininterrupta, revelada pela permanência de uma técnica que ainda hoje vive com apego fiel aos seus belíssimos modelos arcaicos. Os filigraneiros actuais de Travassos ou de Gondomar, diz um notável investigador vimezanense «ainda utilizam ois mesmos instrumentos de que o nosso antepassado prato-histórico se servia, há mais de dois mil anos». Recordemos agora o que dissemos,, no *Prólogo*, sobre a nossa antiga ourivesaria pré-romana. É muito provável que os mesterais ourives de Guimarães, no primeiro século do reino de Portugal, continuassem as mesmas tradições dos seus antecessores e fossem o élo que os uniu aos chegados depois, no trabalho do fabrico das obras maravilhosa de joalharia, ourivesaria e prataria muitas delas guardadas hoje nos tesouros das igrejas e nas colecções dos museus.

Tudo leva a crer no Vigor económico dos maiores centros urbanos do norte, com uma organização cada vez m'alis estabilizada, à medida do progresso da reconquista, ie de uma certa afluência de riquezas, inerente às campanhas vitoriosas, tudo acrescido pela vinda de mesterais fixados, como colonos, nos centros em Vias de crescimento próspero, onde a gente dos mesteres se engrandecia em número e em bens.

As duas últimas décadas deste século xm são sintomáticas quanto ao aumento da importância dos mesterais na economia dos nossos concelhos e ainda o são mais quanto à sua importância como força política, em germe, actuante sobre os órgãos deliberativos nas assembleias dos vizinhos, onde conseguiram marcar posições e chegaram a ser convocados para deliberarem ou fazerem-se ouvir, conjuntamente, com os homens-bons.

Dentro dos muros de Guimarães os homens dos mesteres seriam numerosos nos fins daquele século. Por remniscências de antigas usanças, ou sob a influência de costumes de colonos francos recém-estabeleoidos, ou pela acção organizadora da Igreja, ou pela soma das forças de toldos estes factores, os mesterais juntavam-se, consente os seus mesteres, com fins cultuais e de mútua ajuda.

Não nos surpreende um velho documento de Guimarães, datado da era de César de 1337 e 1299 da nossa, onde se lê uma referência à *Confraria dos Sapateiros*.

O agrupamento de mesterais em irmandades dispendo de hospícios e de albergues neste findar do século xm, também não surpreende. Os *costumes* de Castelo Bom do século anterior não incluem entre os preceitos respeitantes aos mesterais o que regula a forma de pagamento das *soldadas* devidas aos *alcaldes* e aos *andadores* das *germanitatis* que era uma das formas antigas de designar as «irmandades» ou «confrarias»? Não sei se este tipo de «irmandade» era de lavradores regantes ou de artífices mecânicos, mas sei que os *alcaldes* e *andadores* recebiam o seu direito. O certo é existir, já no século XII, irmandades entre a gente dos mesteres e, no seguinte, aparecem instituídas para um deles. De resto, tudo se desenvolve segundo uma lógica natural: mais numerosas, os artífices agrupam-se para se ajudar e fiscalizar mutuamente. Isto é um fenómeno resultante das próprias relações «económicas e sociais que uma tradição remotíssima consagrou sobre certas «formas» e as vicissitudes do tempo e da fortuna nunca puderam dissipar. Forme-se o meio propício «e logo surgem as mútuas de auxílio entre a gente da mesma arte.

Semelhante aproximação e ajuntamento organizado vai ter, dentro em pouco, o seu efeito mais consequente — os mesteres são umia força >e esta tem de ouvir-se, não como força de turbamulta, mas com os mesteres individualizados e responsáveis pelas suas queixas.

Deixemos, por algum tempo, as terras tão povoadas de entre Minho e Douro e façamos a nossa viagem de retomo em direcção ao Tejo. Ultrapassada Coimbra — onde uma Santa Rainha faz prodígios—chegamos aos ubérrimos coutos idos freires de Bernardo de Claraval, agora instalados na imponente «fábrica» do seu mosteiro de Alcobaça, a fazerem benfeitorias às terras, a colonizarem os ermos, a desbravarem os matagais, a «explorar as mlinas, a abrirem os caminhos, a construir ponites, a organizarem as suas granjas modelares, a ensinar as artes e os mesteres num ingente «esforço em benefício da nova sociedade nascida da Cruzada da reconquista que, em dois séculos, talhou o seu molde definitivo.

Os monges de Cister, no seu mosteiro de Alcobaça, ao gerir os extensos «coutos» da régia doação, formavam «como o que hoje cha-

mamos uma *fundação* no seu sentido próprio e jurídico — um acervo patrimonial afecto a um determinado fim de superior interesse — e vieram para aquelas terras férteis do Coa e do Baça no cumprimento de um plano inerente às suas vocações de organizadores de uma Cristandade em pleno desenvolvimento e que precisava de se articular no seu duplo aspecto social e económico e tornar-se apta a enfrentar com êxito o extraordinário poderio do mundo islâmico, muito mais próspero e sempre ameaçador. Enquanto as Ordens militares abriam o caminho a fio de espada e guarneciam a linha da frente fazendo-a inexpugnável, os freires de Alcobaça pegavam na enxada, punham-se à rabiça do arado, escavavam nas minas do rio Moinhos e do rio Maior, tratavam, a primor, as suas almuinhas, dispostas em redor do maciço das edificações agrupadas junto à mole forte e grandiosa da primitiva e funcional estrutura do Mosteiro, centro de comando de intensa actividade que mobilizava a mão de obra e dispunha de multidão de mesterais na sede abacial ou distribuída pelas granjas, pelas obras de interesse público, pelas explorações mineiras e pelas colónias de povoamento onde, sob a poderosa protecção da Abadia, trabalhavam pacificamente nas suas artes ou faziam a sua prendizgem, segundo os métodos e o ensino ministrados pela Ordem no seu esforço de organizar e preparar o mundo temporal recém-saído do caos e, depois, abrir o caminho à vida do espírito.

Alcobaça foi uma grande escola de mesterais. Planeada e dirigida por monges portugueses e de fora, habilitados em Clara vai, a obra ido Mosteiro, feita segundo o padrão cisterciense nos começos daquela outra metade do século transacto ((século XII), constituiu uma excelente academia prática para a chusma de obreiros que a fizeram, em todos os seus mínimos, sob o olhar directo dos monges mestres da obra. Alií, o ensino «de tائيis mesteres afeiçoou o toscos dos trabalhos do pedreiro que talhou os blocos de calcário da região; do carpinteiro que, a golpes de enxó, desbastou madeiras de pinho, de castanho e de carvalho; do ferreiro que fundia o ferro tirado, em bruto, das minas próximas e, depois, o forjou e lhe deu forma sobre a bigorna; do telheiro ie do oleiro que fabricaram as telhas e os canos e até dos sapateiros, curtidores e peleteiros que prepararam couros e peles, reforço do vestuário de trabalho, revestimento de certas ferramentas e como peças essenciais de outras, além do seu destino, mais comum, na sapataria. Nada devia faltar

aos freires dos coutos de Alcobaça para sie bastarem ia si propios no ponto de visita económico. O seu instituto transformou-se em verdadeira autarquia que se foi ordenando na medida do avanço das obras do Mosteiro e da afinação técnica dos seus mesterais recrutados entre a gente do sítio e os colonos. Depressa compreenderam e assimilaram o novo estilo dos arcos em ogiva — que são a sua marea característica — te dos arcobotantes lançados, em grande altura, sobre os elevados feixes de colunas 'das naves. O arco de volta perfeita herdado dos romanos foi substituído pela ogiva. Nem portas, nem pórticos, nem frestas, nem janelas escaparam, no estilo novo, à «chancela» da ogiva. Desapareceu o arco perfeito mas, em compensação, nasceu ia grande janela circular — a «rosácea» — que os vitralistas encheram de vidraria 'colorida para, através, a luz coar-se em tons suaves e belos. Em Alcobaça assim aconteceu no decínio Ido século XII e o símbolo arquitectónico ida ascese ou vida espiritual entrou, como estilo, nos hábitos técnicos dos nossos mesterais logo nos primeiros anos de uma independência política que foi amplamente apoiada pela poderosa Fundação de Clara vai.

Dispondo, nos seus territórios, de matérias primas como a pedra, as madeiras e o ferro os nossos cistercienses disporiam de verdadeiras turmas de mesterais que os proviam de toldo o instrumental indispensável ao trabalho das suas ricas lexiplorações. Não é 'de crer estarem 'estes artífices 'em servidão. Muitos deles trabalhariam por sua icona nos pequenos aglomerados das colónias do 'couto afleobacense. Outros estariam a soldo do Mosteiro. Servos, se os havia, seriam alguns mouros vendidos e, recolhidos, eram almuinheiros consumados e, por vezes, artífices muito habilitados.

As farternidades, germanidades e confrarias de mesterais que, no findar do século XII e na entrada do seguinte, se organizaram ou se reorganizaram em território francês ou do Santo Império, sob a influência da Igreja e das suas Ordens activas, é natural tivessem produzido eco em Alcobaça —* sempre tão ligada ao coração da Cris-tandade— ie a gente dos mesteres, ao serviço do Mosteiro ou a trabalhar nos povoados dos seus coutos, fosse agrupada em alguma *confraria* e integrada na vida religiosa da Abadia, como uma espécie de irmãos terceiros das Ordens mendicantes prestes a aparecer. Esta suposição tem muito de verosímil em presença do espírito organizador e prático dos cistercienses.

Estamos, de novo, a caminho. Seguimos pela carreira do sul em direcção ao Tejo, em busca de Lisboa, esse grande amontuado de casario e gente.

Lisboa, com os seus subúrbios e arredores muito populosos o agora ainda mais pela fixação da moirama retirada para fora dos muros, transformou-se em grande centro mercantil das regiões circunvizinhas e em fulcro de actividades mesterais que uma intensa vida portuária dava realce com os seus abastecimentos e reparações de toda a ordem e convívio, nem sempre pacífico, com muitas e variadas companhias portadoras de novidades e exigente.

O povo dos mesteres era numeroso em Lisboa e nela tinha interesses fortes. De dia para dia a sua presença tornava-se mais sensível e a sua força aumentava sempre. Era uma das fontes <de riqueza da Cidade. Aqueles que traziam a mercadoria de fora procuravam o artefacto nas tendas abertas para as estreitas e sinuosas ruelas ou para os larguinhos ou rossios mais desafogados.

O curtidor no seu mal cheiroso mester recebia couros para curtir e vendia-os já preparados enquanto o ferreiro malhava, como sempre, ie os peleteirós expunham as peles macias de coelhos ou as de animais de peíame ainda mais fofo para as seoar ao tempo ou para interessar o comprador. Lá em baixo, na praia, os pescadores vendiam o seu magnífico peixe ou o distribuíam pelas mulheres da família para o levarem a vender pelas íngremes ladeiras da encosta gritando os seus pregões de velha usança, ou se entretinham a reparar redes e embarcações varadas no meio da mais desconexa algarviada de um português arabizado, de mescla com interjeições carregadas de violência e de torpezas obscenas 'em gíria ide borda de água..

Os sapateiros, nas suas locandas mais remançosas, trabalhavam em obras variadas mas onde sobressaíam as da sapataria fina feita de peles preciosas ou nos belos couros de Córdova que a guerra santa nunca interditiou e os nossos mesterais mouriscos talhavam muito bem a contento de todos. Os correeiros não tinham mãos a medir: cintos, francaletes, arreios completos e toda a espécie de correame de larguíssimo emprego tanto em terra como a bordo de barcos e de batéis.

Os alfaiates, no seu delicado e calmo mester, estendiam panos de 'estofa caro e deles talhavam as vestimentas solenes guarnecidas de peles preciosas ou de tecidos resistentes com aplicações de couro,

preparavam trajes de cavalgar e de viagem; faziam o vestuário do homem, como confeccionava os vestidos das mulheres.

Pelos loaimánhos íde tierna ou de rio, ou entradas pela barra, todos ios dias chegavam forasteiros para o comércio e para a agualda. Enchiam ais ruas e enriqueciam os mesteirais. Os mesteirais, em maior abastança, pesavam nos negócios urbanos pelo que representavam em valor económico e em numero sempre crescente. Contava-se com eles como artifices indispensáveis ao dia a dia e como fonte importante do tributo devido à Cidade ou à Conoa_A

«Ouvi o mandado do Alcaide da Cidade por el-Rei nosso Senhor! Ouvi!» Era a convocação idos juízes, homens bons, cidadãos e povo dos mesteres da cidade para deliberarem sobre uma avença a celebrar entre o rei D. Dinis e o concelho naquele ano de 1285. Aos sete dias andados do mês de Agosto na era de mil trezentos e vinte e três (1285 d. C.) lavrou-se o instrumento onde consta tudo quanto se passou e nele outorgaram, com o alcaide, juízes, homens bons e cidadãos, vários mesteirais de diversos mesteres: «seis peleiteiros que tinham entre eles um dom Mateus, sete alfaiates de pano de linho, quatro ferreiros que tinham consigo um dom Durão, e cinco pescadores e, entre eles, um dom Fiiz da Lapa, um dom Francisco e um dom Mamede.» (*)

É de notar a referência expressa aos mesteirais que outorgaram no instrumento da avença celebrada. Estavam presentes e, naturalmente convocados, como povo mesteiral da Cidade que pagava os seus tributos e alcavalas ou gozava de isenção em certos casos. Eram numerosos, dispunham de bens e falavam alto e sem reбуços em toda a parte. Tinham voz na Cidade e faziam a murmuração donde nasciam as queixas. Homens bons e cidadãos por um lado e os mesteirais por outro eram forças antagónicas dentro dos senhorios urbanos dos Concelhos que o rei coordenador interessava no jogo, sempre difícil, do equilíbrio dos poderios e das influências. Enriquecidos pelo número e pelos bens os mesteirais começam a pesar e Lisboa foi a sua praça forte. A partir deste momento a Coroa e o Concelho tinham de contar com o povo de mesteres. Umas

(*) V. Gama Barras, *História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV*, 1.ª ed., Vol. HV, p. 161n.

vezes chamavam-no, outras não. Se não estava presente nem por isso deixaria de murmurar e de apelar para o rei com as suas queixas ou de fazer arruídos às portas do Concelho.

Quem tenha seguido esta narrativa desde o despontar da vida portuguesa nas nossas comunidades concelhias — nas de Coimbra e nas das terras de Cima Coia ou nas do sul, aforaladas na reconquista— notará também que nas medidas reguladoras das actividades dos mesteres, estabelecidas pelos alcaides e alvazis, há uma constante na espécie dos mesteres mencionados e chamados à disciplina regulamentar ou ao encargo da alcavala: o ferreiro ((com o ferrador), o sapateiro e o peleteiro não falham e aparece também o pescador; o almocreve e o oleiro são mencionados num caso ou noutro; o mesmo sucedendo aos relacionados com a lavoura, como os moleiros e azenheiros, ou os ligados à preparação e comércio das vitualhas — o carnicheiro, a padeira e o tendeiro. Mas o que impressiona é a mantença, à cabeça de todas as relações, do ferreiro, do sapateiro, do peleteiro e do pesoador ou acompanhados de reduzido número de outros, ou, na maioria dos casos, só os três primeiros. As razões plausíveis de tal circunstância já as dei mais atrás—as necessidades da guerra e das gentes em contínuas deslocações, junto aos intensos trabalhos da colonização sistemática dos territórios acrescidos: as armas, as ferramentas, os arreios e mais correame e o calçado eram peças essenciais sujeitas a extraordinário desgaste naqueles tempos de grande esforço.

O ferreiro, o sapateiro, o peleteiro e o pescador são os mesterais que aparecem a outorgar na avença celebrada lentre o Concelho de Lisboa e o rei, naquele mês de Agosto de 1285, acompanhados dos alfaiates. São os mesmos mesteres do foral de 1179, do foral de Coimbra, idos do Alentejo e do Algarve.

Treze anos depois do acontecimento descrito sobre a presença, um tanto circunstancial, dos mesteres da reunião do Concelho de Lisboa de 1285, quando da grande concórdia relativa à questão das feiras, e ainda no reinado de D. Dinis, houve um novo acordo do Concelho de Lisboa. Reuniram-se o alcaide, os alvazis, os homens bons e *dois homens bons de cada mester* para deliberar sobre a obrigação idos cavaleiros e peões pagarem *cavalarías* e *apeoarias* mesmo que não fossem à guerra, isto é, deviam contribuir para o pagamento das dívidas contraídas pelas necessidades de uma oam-

panha. D. Diniis na sua Carta régia, daitada do Sabugal, de 17 de Setembro da era de 1336 (a. D. 1298) refere-sie ao acordo celebrado com a presença de *dois homens bons de cada mester* mas não tãda a insinuar o afastamento destes.

Havia a tendência para se admitirem os homens dos mesteres no Concelho de Lisboa. Apareceram (em 1285) primeiro, nominalmente e em número indeterminado, depois (em 1298), foram iconvocadas das só *dois* por cada mester. Restringiu-se e fìxou-se o número para evitar, como tuido leva a çrer, o grande ajuntamento de genite nas assembleias.

Enquanto os cartórios concelhios e a chancelaria régia vão registando diplomas ie actos govemaitivos com a gente dos mesteres a aparecer reclamando ou a sujeitar-se aos necessários regulamentos da Almoçaria será, talvez, a altura de fazier uma surtida pelo Alentejo e ver, *in loco*, quanto por lá se passa num sítio como Évora, por exemplo, que é lugar de tão velhas tradições artesanais e principal mercado de vasta área de consumo de artefactos e de venda de produtos e matérias fungíveis, e pousada para os que vêm de fora do reino, de Castela ou das bandas do Andaluz.

Quando chegámos às portas da antiga «Ebura» já ia adiantado o século XIV e as cidades e vilas de 'Portugal, — estabilizadas na sua existência urbana — tinham-se engrandecido no comércio e nas artes dos mecânicos, por força de acontecimentos decisivos que muito contribuíram para as condições que levariam à entrada, organizada e institucionalizada, da gente dos mesteres nos negócios públicos dos concelhos.

Durante todo o século assenturam-se os sinais daquela entrada com esforços de organização concomitantes que, nas vilas ide além Douro, se manifestaram levando aos primeiros passos em (defesa (dos interesses comuns e demonstrados naquela sentença do juiz da terra, de 14 de Fevereiro de 1320, proferida no pleito entre a *Confraria de Santa Maria dos Sapateiros*, de Guimarães, e o Cabido onde um mester aparece organizado como pessoa colectiva, 'e icomo tal é reconhecido. Vimos, mais atrás, que a Confraria dos Sapateiros de Guimarães já se revela ao findar 'do século çanterior ,por volta do ano de 1299 (era de 1337).

O *Concelho* queixava-se ao rei. Os *homens-bons* queixavam-se. O *povo miúdo* dos mesteres não era convocado para os ajuntamentos

ou vinha limitado no seu número. Mas, mesmo assim, durante todo este século decisivo (xiv) compareceu várias vezes. Não podia deixar de ser. Em 27 de Novembro de 1339 foi convocado o Concelho de Lisboa e compareceram, além do alcaide e dos juizes, homens bons, cavaleiros, cidadãos e *mesterais* para ouvirem a leitura de uma carta régia de D. Afonso IV.

Quando da publicação das respostas aos artigos das Cortes, em 1352, estavam presentes *muitas companhias de cada mester*.

No mesmo ano, em 9 de Novembro, reuniram-se os alvazis, mercadores, procurador e tesoureiro do Concelho de Lisboa conjuntamente com os homens bons e *mesterais singularmente*, para tomarem conhecimento do escambo concertado entre o rei e o Concelho. O «singularmente» aposto aos mesterais, ao querer significar que estes não compareciam agrupados pelos seus mesteres mas dispersos na massa indiscriminada de outros, é digno de nota por se verificar no decurso do ano em que *numerosas companhias de cada mester* estavam presentes quando das respostas aos artigos das cortes. Conhecer a resposta régia às reivindicações apresentadas em Cortes é muito mais importante do que ouvir a confirmação de um simples contrato ou avença. É quanto basta para justificar as representações maiciças. O notável destas representações está no facto de serem *companhias de cada mester* o que implica necessariamente grupos específicos que a presença *singular* dos mesterais (reunião de 9 de Novembro) parece querer sugerir o contrário de «companhas organizadas».

Em 1355 os mesteres estão novamente no concelho de Lisboa. A par de um *tendeiro e de mercadores*, «*outros homens dos mesteres*» encontram-se reunidos, com os magistrados ide Lisboa, em 1362, para conhecerem de uma avença celebrada entre os rendeiros das sisas do vinho e o Concelho da cidade.

É muito possível que o *albergue* do mester tenha aparecido com o maior afluxo de obreiros vindo dos campos ie os *hospitais* se instituíssem, mais numerosos, depois ou durante a grande peste negra. A verdade é haver em Lisboa, por volta de 1378, albergarias e hospitais dos pescadores. Havia descontos para a manutenção daquelas instituições beneficentes como mostra, de maneira explícita, uma inquirição de testemunhas feita por causa de dúvidas levantadas pelo *Foral da portagem*.

No decorrer do século os mesterais, em Portugal, adquiriram uma consciência de classe. Apareceram em ajuntamentos do povo na sua qualidade. Começaram a organizar-se em *confrarias* originadas, talvez, naquelas obscuras *germanitatis*, de discreto aparecimento, século e meio antes, quando se gisou uma comunidade portuguesa autónoma em procura de novas formas de vida. Criaram albergues e instituíram hospitais. Num grande centro de trânsito marítimo como Lisboa, aberto às influências sopradas de fora pela boca de marítimos, mercadores e viajantes, os mesterais tornaram-se afoitos e opiniosos. Encabeçaram queixas, fizeram demandas e não deixaram em descanso os administradores da cidade de quem dependiam e chegaram a «cabeças de motim» nas horas inseguras de crise.

Ao chegar às portas de Évora ficasse com a impressão de que as muralhas abrigam uma feira permanente, uma grande feira, tal é o movimento de entradas e de saídas com réguas de gado de carga ajoujado de fardos, lentos carro boieiros carreando mercadorias pesadas, ligeiros corcéis dos cavaleiros e uma multidão de gente comum, mesclada de judeus prestamistas e de mouros artífices, a coar-se pelas «portas» em procura de negócios ou de provisões indispensáveis à manutenção dos «montes» das herdades do termo ou mesmo mais (distantes).

À grande azáfama dos negócios correspondia um corpo de mestres capaz de prover todas as necessidades de mão de obra especializada, manufacturando por conta própria ou em trabalhos alheios enchendo de rumores fabris e mecânicos ruas e rossios, páteos e tendas, talhando, afinando e corrigindo as obras, regateando-as depois, e enganando também ao fazer passar por bom o que sabe ser falso, por ganância desonesta de um mester mal cumprido, incurso nas coimas — castigos impostos pelas justiças da Cidade, sempre severas para com as manhas e os habilidosos enganados de mestres sem lescúpulos.

A fiscalização dos trabalhos e dos negócios da gente dos mestres sempre houve. A almotaçaria é instituição antiga. Em Évora, nesta altura, os do Concelho para almotaçarem em boa consciência convocam o *veador* do mester respectivo — (já havia um mesteiral do respectivo mester encarregado, pelo Concelho, de *ver* as obras e de fiscalizar o trabalho dos seus companheiros) — e outros homens

do mesmo mester ou de afins deles recebem juramento e entram a ouvi-los sobre o custo e os encargos que suportam ao fazerem as suas obras.

Na altura da chegada a Évora estavam, em Câmara, o sapateiro Diogo Mairlinjs que é o *veador* da obra de linha, com João Fernandes, Lourenço Banes e Martim Anes, homens da sua companhia, e mais os carnicheiros Rui Gonçalves e Martim Esteves, como entendidos em peles e cortumes, para se pronunciarem, junto do Concelho, sobre as alcavalas e outros dispêndios do mester dos sapateiros da linha na sua laboração e do custo da coirama. Logo ali começaram a enumerar e a somar os gastos de cada obra, desde a preparação da matéria prima até aos carros de transporte e aos encargos fiscais e do ver do peso que é a pesagem ou aferição oficial da cidade.

Os carnicheiros começaram a falar sobre o valor e curtimento das peles de cabra em pelo. É ouvi-los para se saber como curtiam e surravam. Precisavam, pelo menos, de sete arrobas «de sumagre para curtir trinta peles boas e grandes; dez alqueires de cal para dois pelâmes (*pelâmes*: tanques ou fossas de curtimento) ; escabelar e coser as peles; precisavam de lenha para aquecer a água do testo destinado às peles e surrá-las. Todas estas operações têm as suas custas certas, no parecer do carnicheiros — que também fazem de *curtidores* e de *sur rador es* — somavam, pelas suas contas, 33 libras, 13 soldos e 9 dinheiros e, assim, uma pele de cabra não custaria menos de 22 soldos, 3 dinheiros e uma *mealha*.

Avaliaram, em seguida, 30 peles de cordovão macho, em cabelo, e disseram que, depois de curtidas e surradas, ficavam por 32 libras, 10 soldos e 8 dinheiros.

Os sapateiros de linha falaram então da sua variada obra de calçadura, esmiuçando as espécies de calçado e dos seus pertences e obra de solaria.

Uma pele de cordovão macho poderia dar, na opinião dos sapateiros, 5 pares de sapatos, 2 pares de gramaias, 3 pares de sapatos de calça ou de 5 pares de solas. Além do trabalho do mestre sapateiro no talho que faz, tinham de gastar linhol, cerol e debrum nas costuras.

Às gramaias e aos sapatos de calça os sapateiros de Évora, na sua enumeração de obra, feita perante o Concelho da Cidade, acrescentaram as botas ide cordovão, os sapatos ou sapatas de mulher, os sapatos de pontas e as cabeças redondas, as botas compridas de dois lombos.

Tudo ouvido e ponderado o custo da obra, os do Concelho ordenaram «que os sapateiros tivessem sempre calçado feito de cordovão e cabra».

A obra de calçadura de piale de carneiro, além dos tipos de calçado que mencionaram, abrangia as *sapatas menineias* e os *chapins* mas quanto aos dois últimos foi decidido, quando os fizerem, levá-los ao *veador* para os avaliar.

Vieram, então, os sapateiros mouros Algaraminho e Azamede, *procuradores*, e Tacoto mouro *veador da calçadura* para se pronunciarem, perante a Câmara, sobre a *tagara* de 10 couros de vaca, de 22 libras e meia, o custo da preparação das peles e a calçadura que delas se podia fazer. Tudo bem visto, os 10 couros e a obra a fazer com eles tinham-se de avaliar da maneira seguinte:

5 couros de machado	cada	3 libras
5 couros de morinha	cada	30 soldos
Sisa		7 soldos
Carreto para o <i>pelóme</i>		3 soldos
Aluguer '(alquiler) do <i>pelóme</i>		8 soldos
a quem mexe o <i>pelóme</i> novo		8 soldos
12 alqueires de cal	1	15 soldos
5 alqueires de cinza J		
a quem mexe o <i>pelóme</i> de 12 empelemadas		12 soldos
a quem lava 12 couros		30 soldos
ao dono do chafariz onde lavam os couros,, por cada um		3 s. 4 d.
8 cargas de casca para a primeira e segunda casca		10 libras
aluguer (alquiler) da <i>alearia</i> por 3 meses		20 soldos
sova ou surra dos couros		6 libras e meia
[10 couros (ou 10 pares de ilhargas) dão		
50 pares de sapatos bons e bem acabados]		
Ajuntar e solar 50 pares de sapatos e linhol, cerol e correol		51. 21 s. 8 d.
Em 10 couros há 120 pares de ferto		
80 pares de espaldar		

O custo de todos os encargos e atavios necessários é de 52 libras e 14 soldos.

Fez-se então a *postura* com o preço por obra conforme a t a bela :

1 par de bons sapatos com solas de ferto	10 soldos
Idem, com solas de espaldar	9 soldos
1 par de cabeças redondas com solas de ferto	10 soldos
Idem, com solas de espaldar	9 soldos
Rostos com solas de ferto	7 soldos
Idem, com solas de espaldar	6 soldos
Solas de espaldar, na mão	3 soldos
Idem, lançadas na calçadura	4 soldos
4 rodélos bons de rabada	2 s. e meio
Idem, de cachaçada e cabeçada	2 soldos

Outros sapateiros mouros com os procuradores *Almourinho* e *Passarinho* parece não concordarem com a avaliação dos couros e com os preços estabelecidos. Ali declararam que a *tagra* dos *couros de machado* Valeria 35 libras e os da *morinha* 25 e, portanto, os preços a fixar por cada obra deveriam ser outros. Novos preços se fizeram com as diferenças resultantes da nova avaliação.

A superintendência da Câmara do Concelho na actividade dos mesterais teve, na reunião com os sapateiros mouros de Évora, um dos momentos mais característicos com a representação convocada dos mesteres para se deliberar, com conhecimento de causa, sobre uma importante postura de almotaçaria de calçado.

Os sapateiros mouros eram afamados mas um dia começaram a empregar couros muito ordinários a tal ponto que o Corregedor Vasco Gil, os regedores Fernão Gonçalves d'Area, Lopo Fernandes Lobo, . Vasco Roiz, Martim Vasques e Lourenço Pires Fuseiro com o procurador Martim Afonso da Vide reunidos em Câmara, nos Paços do Concelho, no dia 7 de Julho da era de 1418 (a. D. 1380), os convocaram para lhes lembrar que tinham de servir bem o povo. Os mouros não vieram diligentes mas, apesar de tudo, fez-se almo-taçania do calçado e celebrou-se uma avença com o Algaraminho, Abem Calliz e Almourinho para que o Concelho fosse bem servido de calçado ficando os sapateiros com o ganho justo.

O trabalho mais especializado do mester de sapateiro estava, em Évora, entregue aos mouros. Estes manufacturavam obra de sapa-

taria com pele de cervo e dela faziam toda a casta de calçadura da coirama que preparavam. Além de sapatos e botas, em todas as suas formas e para diferentes idades, faziam *saiões* de todas as peles utilizadas no calçado e *socos* com circo e debruns de cordovão ou de carneiro. Apresentavam, também, socos de cabra ou de carneiro e destes, uns poderiam ser pretos e outros vermelhos.

Os que em Évora fazem curtimentos sujeitam-se às posturas do Concelho reguladoras da preparação dos couros. Não se pode curtir com *baião* ou fazê-los maus em cru ou iem queimado.

Os mouros sapateiros da cidade são obrigados a vender, na *feira* das segundas feiras, calçadura de correrá.

Nos fins do reinado de D. Fernando I, os sapateiros de Évora enviavam *procuradores* a tratar com o Concelho da Cidade e tinham *vedores* que os da Câmara ouviam — depois de eles terem prestado juramento pela sua lei (o *Corão*) — sobre tudo quanto se relacionasse com as obras do mester.

A tabela da almotaçaria do calçado da cidade de Évora é um verdadeiro mostruário de peças feitas pelos sapateiros mouros e cristãos. Toda a obra de sapataria está aí exposta : Vemos as boas *botas de bom cordovão macho*, soladas de boas solas de lombeiro; *borzeguins*; *sapatos de cordovão* para homem, para rapazes dos 12 aos 15 anos e dos 8 aos 10. *Botinas altas* para homem. *Sapatas altas* para mulher. *Rostos para botas ligeiras e cabeças* de cordovão *redondo*. *Sapatos de vaca de três malhos* para homem. *Socos pretos e vermelhos* do cordovão. *Botas, sapatos e botinas de carneiro* para homem e rapazes.

Além de toda a solaria, a relação de Évora refere-sie ao *feitio*, como trabalho de cada peça de calçado, e ao *engraxar* distinguindo já a obra do *surrador* da do sapateiro quando se trata de «graxar» as peles.

Uma obra encomendada terá de entregar-se no prazo de três dias. Não o sendo o sapateiro pagará, por cada vez, *20 reais*.

Visitemos os ferreiros. São, em grande parte, judeus ou mouros. Mas vamos procurar, em primeiro lugar, Ascenso Anes que é ferreiro e homem bom. Mora nas Alcáçovas. Estava na sua tenda a talhar uma banda de ferro.

— Bom homem Ascenso Anes, — perguntámos logo à primeira, — quantas ferramentas pode fazer de 1 quintal de ferro ?

Ascenso Anes larga o seu trabalho, poussa os instrumentos e o ferro que limava, pensa uns instantes e diz:

— Um pouco miais, um pouco menos podemos mermar de 1 quintal uns onze ferros de arado a pesar, cada, uns 9 arráteis. Ora, então, umas oito enxadas com o mesmo peso cada. Ou 60 aguias de ferro de arado de dois arráteis ou 80 de 1 arrátel e meio.

— Mas parece sobejar algum ferro. Pode fazer-se mais alguma coisa dele?

— Pode. Umas 16 dúzias de ferraduras cavallares com os seus cravos, mais umas 24 dúzias das asnares também com os seus cravos.

— Ascenso Anes, quanto tempo leva essa ferramentaria toda ?

— Um dia, de sol a sol, comigo a talhar, mais três homens para os malhos e um que me tanja o fole.

— A forja gasta-lhe muito carvão e a água não pode faltar em lavra como esta.

— É verdade. Na lavragem de um quintal de ferro vão-se oito sacos de carvão e dois carregos de água.

— Diga-me, se mo pode dizer: qual a jorna arrecadada por cada depois do trabalho em 1 quintal de ferro?

— Trabalho aqui com os meus filhos e o meu genro. É tudo gente da minha criação. O ganho é minguido mesmo assim. Temos aloaivalas ie toda essa judiada e moirama a tirar-mos a vtez...

— Mas o custo de 1 quintal de ferro, aqui, anda à volta de...?

— ... 12 libras, mais 1 soldo para o «ganha-dmheiro» que o traz à tenda.

— Quanto poderá ter de ganho um ferreiro, e isto mais ou menos? Não queremos entrar nos segredos do vosso miester.

— Os ferreiros com a soma do seu lavor, terão bom ganho se derem o ferro de arado de arratel por 4 soldos e meio, disse-nos o ferreiro Ascenso Anes pegando nas suas ferramentas para retomar o trabalho interrompido pela conversa com o intruso perguntador.

À despedida, ainda deu notícia da sua chamada à Câmara do Concelho, há poucos dias, por causa de uns desaguizados sobre a almotaçaria dos ferros lavrados onde disse o que julgava justo ao juiz e vereadores na presença do Isaque, procurador dos ferreiros da Judiaria e do Ali, procurador dos mouros ferreiros.

O juiz e os vereadores do Concelho da Cidade ide Évora estão reunidos em Câmara. Apresentaram-se, por terem sido convocados, os mouros Ali e Mafamede e os judeus Isaque e Abraão compare-

cendo também, por chamamento, Gonçalo Giraldes, todos do mester de ferreiro, para ouvirem a louvagem dos preços feita por Ascenso Anes, o ferreiro das Alcáçovas.

O mouro Ali e o judien Isaque estiveram presentes à reunião da Câmara, como procuradores dos ferreiros, quando da estimativa de preços feita, perante os magistrados, pelo Anes. Não concordaram. O homem das Alcáçovas fez uma avaliação muito por alto e não contou com muitas despesas e encargos que pesam sobre os ferreiros da cidade como as jornas, a sisa, os carregos. Todos os ferreiros presentes concordaram que a louvagem de Ascenso Anes não era justa. Todos garantiram ao juiz e vereadores se lhes fosse permitido eles, ali mesmo, trabalhariam o ferro. Se apurassem ganho razoável estariam dispostos a servir o Concelho.

O juiz e os vereadores acordaram em consentir e logo encarregaram o ferreiro Gonçalo Giraldes de talhar cinco arrobas de ferro em cinco coisas de lavrar do mester e marcaram o dia 23 de Setembro (daquele ano da era de 1418 e 1380 do nascimento de Cristo) para se executar o trabalho e fazer a sua correota avaliação. E assim foi.

>No dia marcado, ais Justiças do Concelho de Évora assistiram à prova. Gonçalo Giraldes pegou numa banda de ferro de 35 arráteis, talhou-a e começou a lavrá-la. Passado algum tempo de trabalho esforçado, o ferreiro tfllez 3 *ferros de arado* ;com o peso de 23 arráteis. Do malho sobejou, ;como 'escórias, 3 arráteis ie meio. Ficou a quarta parte dos 35 arráteis que são nove. Feita a proporção para 1 *quintal* de ferro, o *quintal* »(= + 4 arrobas = + 128 arráteis; o arrátel é = 0,459 kg) dá 12 ferras de arado de 8 arráteis o que soma 96 arráteis. *Um quintal* de ferro trabalhado, desta guisa, em ferros de arado gasta, na casa do ferreiro:

1 quintal de ferro 7 ;£	
8 sacos de carvão	24 s.
3 cargas de lenha e água	
Jorna do mestre com ferramenta em casa	20 s.
Jorna de 3 malhadores a 8 soldos	24 s.
Joma de 1 foleiro	8 s.
ganha -dinheiro	1 s.
sisa	3 s. e meio
peso i(ver-o-peso)	4 d.

11 £ 22 d.

Teminada a *prova do ferro de arado* marinado ou cerceado de 1 quintal apurou-se, depois de deduzidos os gastos, que fica por 18 soldas e meio cada ferro assim trabalhado.

O ferreiro recebe, agora, uma arroba de ferro de vergalhão '(barra de secção quadrada) para a trabalhar em a *guias de ferro de arado*. É uma prova mais no apuramento do custo do preço do labor em 1 quintal de ferro. O ferreiro começou por extrair 3 arráteis e meio de ferro do vergalhão. Fizeram-se 18 *aguias* sendo 4 forçadas e 14 chãs. 6 delas saíram boas, 6 más e as outras 6 muito más. Gastou-se ao todo em ferro, 7 'arráteis e um quarto. Feita a proporção para 1 quintal de ferro, o seu custo mais o trabalho e os gastos feitos com 14 sacos de carvão, dois dias de jorna para o mestre, 2 *sergentes* (jornaleiros assalariados) e 1 foleiro, 1 ganha dinheiro que leva o ferro a casa, os gastos de água e lenhas pelos custos habituais acrescidos dos 4 dinheiros do *ver-o-peso*, um quintal de ferro, assim lavrado, fica por 13 £ 15 s. 10 d. saindo, portanto»
O arrátel de ferro 'lançado nias *aguias de arado* por 3 soldos, 21 dinheiros e um terço do dinheiro, segundo a estima que então se apurou.

O Juiz mandou proceder à *prova das ferraduras e dos cravos* feita em um pedaço de vergalhão de ferro com o peso de 1 arroba e 2 arráteis. Gonçalo Giraldes fez 27 ferraduras cavaleares e mais 21 das maiores, com o peso total de 22 arráteis e meio e ainda acrescentou 4 arráteis e meio de cravos. Sobejaram 6 arráteis e 1 quarto.

Calculado o custo habitual de 1 dia de trabalho do mestre com suas mãos, ferramentas e casa, dos 3 *sergentes* idos malhos e do foleiro mais os gastos com o ganha-dinheiro, 8 sacos de carvão por 24 soldos, 2 cargas de água por 8 dinheiros, o pagamento de 3 soldos e meio da *sisá* e de 4 pelo *ver-do-peso* tudo acrescido pelo preço do ferro, apura-se o custo global de 11 £ 10 s. 3 d.

Custando o arrátel de ferro 2 soldos e 1 dinheiro, 1 dúzia de ferraduras cavaleares maiores, com os seus cravos, custa 14 sóidos e meio, 18 ferraduras asnaís 14 soldos, 100 cravos 4 soldos, 3 dinheiros e 1 mealha (metade de 1 dinheiro) e somente 2 cravos 1 dinheiro.

Feitas as contas, em relação ao preço do ferro por mais de 7 libras, o arrátel i(= 0,459 kg) de fierragem sai a 1 *dinheiro* {*novo* depois da quebra 'da moeda ordenada por D. Fernando), 1 *mealha* (metade de um dinheiro cortado à tesoura), *pojeia* (= metade de 1 dinheiro) e *meia pojeia*.

Por fim experimentou-se fazer enxadas de uma arroba de ferro.

Lavraram-se duas de 19 arráteis e meio cada, ficando, ida arroba de ferro de banda, 13 arráteis. Assim, de 1 *quintal* de ferro podem fazer-se i8 enxadas sobejando 52 arráteis. O custo de 1 'dia de trabalho pelas jornas habituais dos Mestres, Sergentes, foleiro, ganha-dinheiros, mais 12 sacos de carvão por 36 soldos, 3 cargas de água por 1 soldo, 3 *soldos e meio* de sisa e 4 *dinheiros* do peso, somado às 7 *libras* do preço de 1 quintal de ferro, dá 11 *libras*, 13 *soldos* e 10 *dinheiros*. Deste modo, urna enxada nova de arrátel, com sua aguia e cortaneira sai por 3 soldos e 2 terços de dinheiro.

Feitas as provas dos preços, pelo custo da obra e do material, no valor de *ferros de arado*, das suas aguias, das *ferraduras* e dos *cravos* e, finalmente no talhe de *enxadas*, o Juiz e os vereadores do Concelho estavam habilitados com os (elementos necessários para se pronunciar sobre o trabalho dos ferreiros de Évora, havendo agora de fazer-se o acerto quanto ao negócio com os *ferradores*, quanto aos *ferreiros das pregaduras* (o que fazem *pregos*) e quanto ao fornecimento do carvão para as forjas por não ser o bastante havendo o trabalho que havia.

Os ferreiros presentes na Câmara da Cidade disseram ao Juiz quem eram os carvoeiros e onde tinham as suas moradas: o João Anes, mora no Chão Domingueiros; o João Pires, na rua dos Mercadores; o Vasco Pires, na Rua de Mende Estevdns; o Afonso Domingues, mora a par do Albardeiro que mora ao Hospital de Jerusalém; o João Afonso, mora à Palmeira ; o Gago, ao Oaisteílo; o Aires Pires, mora a par de Martim Anes ida gente; há ainda um João Domingues algures e um outro que mora ao Muro quebrado.

Apesar do seu número estes carvoeiros não faziam o carvão em abundância por andarem, durante a quadra do jestio, em trabalhos de carga com os seus animais icausando prejuízo ao trabalho Idos ferreiros e dos ferradores, parados pela falta de carvão para as suas forjas.

O Juiz e os vereadores acordaram fazer uma postura ordenando, sob pena de 10 libras, que os *carvoeiros* deem todas as semanas, duas cargas de carvão e tragam os seus *argões* ou alforques em boa forma e com as medidas de 1 vara (= 1,10 m) de comprimento e meia de largura, sob a pena de serem queimadas se forem mais pequenas.

O mester de fazer pregos, o mester de *pregadura* é uma especialidade dos ferreiros judeus. Como há várias formas e pesos de *pregos* o magistrado e os vereadores almotaçaram-nos pondo-lhe preços diferentes conforme os tipos: os pregos *cabrais*, que são grandes e destinados às tábuas mais grossas, podem vender-se a

8 dinheiros cada um; os *comeirais*, a 18 isoldos; os *palmares*, a 5 soldos; os *pontais*, a 1 soldo; e os de *feiteira* a 1 soldo também.

Subsidiarios dos ferreiros, os ferradores podiam levar 1 *dinheiro* por um cravo quando os ferreiros lhes dessem 3 por 2 dinheiros e deviam ter, por ordem da Câmara, as ferragens nas praças, mas cada uma em seu lugar, isto é, junto às suas moradas.

E desta maneira terminaram as reuniões do Concelho, com a presença convocada dos ferreiros cristãos, mouros e judeus onde, depois ide muitas provas, informações e modos de ver das partes interessada®, ise ifizieram acordos sobre aknotaçarias dos preços, agora apurados pela nova moeda.

Um ano atrás — era de 1417 ((amo 1379)—houve reunião, ma Câmara idos traços do Concelho ida cidade de Évora, para o Juiz e Vereadores saberem quantas *allas* die pano de Bruges se tosariam em um dia. Foram chamados dois tosadores, com morada ma cidade. Em presença do Juiz «por el-rei» Vasco Gril e dos Vereadores João Lourenço, João Ames Calça, Doutor Pedro Ames e Estevam Domingos, os dois tosadores garantiram que durante um dia só poderiam tosar dez *allas* e era assim por tosam o pano por duas vezes. O Juiz e a vereação não se convenceram e por julgarem as declarações dos mesterais feitas ide má fé logo acordaram no tabelamento do trabalho de tosar, conforme a proveniência e a marca dos panos:

Alia de pano de Bruges	1 soldo
Ypre de marca pequena	1 »
Mosterville	1 »
Courtney (<i>sic</i>)	1 »
Pano de Londres de marca maior	1 grave
Ypres	1 »
Vila Funda	1 »
Pano de Inglaterra (de 17 e de 20 <i>allas</i>)	8 dinheiros
Valenciana	5 »
Pano de Oouirtenay (<i>sic</i>)	6 »
Arras	6 »
Comuna (comum)	6 »
<i>Viados</i> '(pano listrado) com riscas de cores diferentes do fundo do tecido	6 »
Gales	6 »
Braor de Ypres	8 »

Neste declinar do século Évora, com ta sua intensa Vida e tráfego, é um modelo de aglomerado urbano estável e, portanto, perfeito. Homens e coisas, tudo está no seu lugar pautado pelas normas de convivência cidadina que o Concelho de cidadãos homens bons, presidido por um juiz de fora parte, magistrado das justiças régias, promulgava para valerem como lei a bem da ordenança da cidade. Depois do povoamento veio o esforço organizador para consolidar a fluidez dos laços sociais das comunas reconstituídas pelas achegas étnicas mais dispaes e até opostas. Mouros, judeus e cristãos acotovelavam-se e conviviam e entravam em comércio quotidiano mas cada qual vivia, com os seus costumes e crenças, em sua área privada onde o *al-mutezim*, do seu minarete, chamava os fiéis de Mafoma às orações no interior da mouraria e o *rabi*, na «esnoga» (sinagoga) da Judiaria, acompanhava os correligionários nas lamentações sobre as desditas de Israel.

Ao entardecer, quando o sino tange, todos recolhem à parte da cidade que a cada um compete e aí repousam depois da labuta do dia. Ao amanhecer tudo recomeça invariavelmente como sempre quando tudo está onde deve.

Dos panos de cor feitos na terra ou vindos de fora, de partes distantes, como os de Bruges, de Ypres, Mosterville, Ourtenay ou de Londres ou de Arras, os de marca maior ou pequena, dos caros ou dos comuns ou viados (listrados) que os mercadores trazem e os tasadores aparam a felpa, os mesterais alfaiates talham os vestires de mulher ou de homem segundo o corte em usança.

Os alfaiates de Évora talham e cosem pelotes e juntam-lhes o seu forramenito. Fazem muita obra de vestires. O seu trabalho é árduo e, como já vimos, não 'lhe falta a fazenda, o pano de cor da boa lã das terras frias lá de fora. É ver como eles cortam e arcuam um bom pano, em nesga®, para fazerem bem um *pelote* de mulher honrada ou um mantão com a sua fita pela dianteira com *trena* ou cordão de tecido. E uma saia de mulher que é coisa trabalhosa? Talham 40 a 60 nesgas e delas fazem uma boa saia abotoada com presilhas e espigas pelas mangas e fitas do tecido no cabeção e tudo forrado. Também a podem cortar arcuada para a franzir.

No mester de alfaiate trabalha-se em qualquer forma de vestuário. A cidade de Évora não foge ao andaço. Um tabardo de bom

pano de trinta le Iduas nesgas, corno agora se usa, completado oom o seu capeirote, muito bem talhado e icosiido, é uma obra digna de lajpreço pela elegancia do seu icorte e pelo cómodo que oferece.,

A peça mais cara é o *guardaventre* pela quantidade de paño que leva. É urna especie de capa como o *guarda-cota* ou a *opa* usada, em regra, pelas mulheres. Leva urnas 60 a 80 nesgas e pode ser forrado. É abotoado ou atado com *trenas* ou fitas e corta-se em *arcado*.

Pode fazer-se urna *opa* — ou capa — de pano comprido com 32 nesgas e o seu tabaído. O alfaiate, porém, fã-la também mais pequena e com menos nesgas.

Na tenda do alfaiate cortam-se e cosem-se *saias vilão* — fato de homem mais comprido ou mais curto — obotoadas e forradas. Os mantelotes redondos — pequenas capas cortadas em arcadora — têm dois tamanhos. Eram muito usados.

Naturalmente, no mester de alfaiate faziam-se coberturas de capas de pano, com peles, para se usarem no inverno. E *mantões* compridos com franzidos.

Os *pelotes* e os *guardaventres* são vestiduras grandes le dificeis de talhar, cortar e coser. São das peças, em usança, as que davam mais trabalho ao alfaiate.

Entre o variado da sua obra há a considerar o *feriante*, de bom pano, que pode ter ou não o seu *capeirete* (capa pequena), a *tabar-deta*, também com capeirete, e até a obra de costura de camisa a que não falta, de igual modo, o capeirete. Este *capeirete* será como que uma *romeira* para aconchegar as costas e o peito.

Esta vestimenta trabalhada pelos alfaiates ide paino de cor não é uma vestimenta de estofos caros. Há bom pano da Flandres e da Inglaterra mas não se veem os tecidos ricos e os adamascados da Itália e do Oriente. Sente-se que os alfaiates de Évora, neste derradeiro tempo do século xiv, fazem a sua obra para uma sociedade abastada, sem dúvida, mas modesta no seu viver.

De resto, as leis pragmáticas, ao fixarem a qualidade do pano a usar nos Vestires de cada classe, não permitem os excessos do luxo apesiar da irresistível tendência para ele ser contrabalançada pelo imediato reparo público. Mais do que a diferenciação das classes, as medidas pragmáticas visaram defender as economias

médias das tentações pelo aparatoso caro, sobretudo em ocasiões de crise, como a provocada pelo prematuro enriquecimento relativo de muitos quando do afluxo de heranças inesperadas, ocorrido em meados do século, consequência das devastações causadas pela grande peste.

A par dos alfaiates de pano de cor encontramos, na próspera cidaldie 'da® terras do Alentejo, o mester de alfaiate de pano de iliiniho.

Antes de nos embrenharmos em busca das suas tendas e nelas devassarmos como trabalham os mesteirais que talham a roupa branca, vamos, de fugida, ali à *casa da fala* do Concelho da Cidade para ouvir o que dizem os *veadores* dos alfaiates de pano de cor Martim Anes e Martim Esteves em defesa dos interesses do seu mester agravado na estimativa do custo do trabalho feita pelo antigo alfaiate João Salvado, homem bom, mas alheio às novas maneiras de vestir por nunca ter feito obra segundo o talhe agora em uso. Os *veadores* do mester lá estavam na presença do juiz Vasco Gil, dos vereadores Lopo Fernandes, Vasco Durães e João Vicente e do procurador do Concelho Afonso Pires. Juraram nos Evangelhos — disseram que os alfaiates ide pano Ide cor eram agravados na avaliação feita à sua obra. Na estimativa feita não se contou com o *talhar*, o *provar* e o *cortar*. Ponderadas estas razões dos *veadores*, o Concelho deliberou consentir no que os alfaiates pediam para estes não serem agravados nos seus interesses justos. Depois de outros reparos, os *veadores* solicitaram a *Carta testemunhável*, documento comprovativo do acordo feito.

Tabela do tempo gasto com cada obra e o preço destas:

ano		Tempo	Preço
1397	Obras		
	<i>Pelota</i> de mulher honrada até 80 nesgas, forrado, arcado c/ os <i>adubos</i> (adornos) e fralda	4 dias	40 soldos
	<i>Idem</i> sem <i>adubos</i> e fralda	3 dias	30 s.
	<i>Mantão</i> de mulher honrada e/ fita dianteira e <i>trena</i>	1 dia	9 s.
	<i>Idem</i> sem <i>trena</i>	2 em 1 dia	4 s. 1/2

<i>Idem</i> -sem fita	1 dia	3 s.
<i>Saia de mulher</i> , forrada, 40 a 60 nesgas, abotoada c/ <i>presas</i> e <i>espigas</i> pelas mangas, c/ <i>trenas</i> pelo cabeção	2 a 3 dias	30 s.
<i>Saia franzida</i> c/ <i>espigas</i> e <i>presas</i> , forrada e <i>arcada</i>	1 dia e Yi	13 s.
<i>Guarda ventre</i> , 60 ia 80 nesgas, <i>arcado</i>	2 dias	20 s.
<i>Idem</i> abotoado e com refego	3 dias	30 s.
<i>Idem</i> c/ <i>trenas</i>	4 dias	40 s.
<i>Tabardo</i> de 32 nesgas c/ <i>capeirote</i> abotoado	3 dias	18 s.
<i>Idem</i> de 2(0 a 24 nesgas	2 dias	18 s.
Opa comprida ;de 32 nesgas c/ <i>tabardo</i>	2 dias	20 s.
<i>Idem</i> 20 a 24 nesgas	1 dia	13 s. 1/2
<i>Idem</i> 20 nesgas a fundo	1 dia	9 s.
<i>Saia vilão</i> comprida, forrada, abotoada pela frente	3 dias	27 s.
<i>Idem</i> sem forro	2 dias	18 s.
<i>Idem</i> pequena, abotoada	2 dias	18 s.
<i>Idem</i> sem forro	1 dia e 1/2	13 s.
<i>Mantelotes redondos</i> pequenos	2 em 1 dia	4 s. cada
<i>Idem</i> comprido	1 dia	9 s.
<i>Pele de bom pano</i> comprida	1 dia	
	c/ <i>madrugada</i>	9 s.
(Quit. ^{am} = gibão?) comprido c/ <i>capeirote</i>	2 dias e 1/2	22 s.
<i>Mantão franzido</i> comprido	1 dia	
	c/ <i>madrugada</i>	9 s.
Costura de <i>taberdeta</i> c/ <i>capeirote</i>		10 s.
Costura de <i>camisa</i> c/ <i>capeirote</i>	»	10 s.
1382 <i>Feriante</i> c/ <i>capeirote</i>	1 dia	
	c/ <i>madrugada</i>	13 s.
<i>Idem</i> sem <i>capeirote</i>	»	10 s.
1379 <i>Mesteiral</i>	1 dia	9 s.
<i>Idem</i> em casos especiais de mais trabalho	1 dia	10 s.

Um mesteiral alfaiate de paino de cor leva, em 1379, pelo seu trabalho de um dia 9 soldos, mais pode levar 10 se a obra exigir maior aplicação e esforço como sucede com os pelotes de mulher e os guarda Ventres. No ano seguinte os mesmos veadores dos alfaiates da cidade fazem os reparos, que conhecemos, sobre o trabalho da mão do mesteiral no talhar, no cortar e no coser dos panos e das nesgas e dos adornos. Como sabemos, o concelho fez um acordo favorável aos alfaiates.

Procuremos alguma 'coisa daqueles alfaiates que trabalham em pano de 'linho le fazem dele a roupa hramica. Víamos encontrá-los nas suias tendas 'entregues ao oorte ie à icostura ide linho, de qualidades mais ou menos finas. Cortam o pano em *nesgas* ou jem *girões*, ou em *gaitas*, iconformie a medildía e a roda. As *nesgas* são retalhos, por via de regra, rectangulares. Os *girões* isão triangulares. As *gaitas* serão, possivelmente, retalhos, iem forma de trapézio, destinados a «enoainudar» a roda de umia peça ide roupa 'branca.

Das mãos hábeis destes mesteirais saem, feitas de linho mais fino, as camisas e alcândoras e estas guarneçadas ou não de gola ou gorgeira. Fazem também saias, picalgaios e calções. Esta deve ser a roupa de baixo tanto para homem icomo para mulher. As saias, usadas pelos dois sexos, são umas vestes que também se usam como roupa leterior. Os *guardacoses*, vestes amplas para se usarem sobre outras peças de vestuário por homens e mulheres, são amplos e feitos de muitas nesgas como sucede com os *guardacoses* caseados de mulher que podem levar aí doze nesgas de pano de linho. Os *guardaventres* são vestes externas muito folgadas usadas só pelas mulheres e pelas raparigas. Os *guardaventres de coirelos* chegam a levar sessenta e até mais nesgas de pano e são das peças mais caras saídas da costura do mester. A costura chega a custar 15 soldos e mais 4 dinheiros, por cada nesga além das sessenta, Seguida, logo, da saia de mulher estante de vinte nesgas que, só de costura, se leva 12 soldos. De um guardocós de mulher caseado, de doze nesgas, o alfaiate de pano ide linho ileva, nesta época, 10 soldos. Todo este trabalho e custo fora as linhas que -correm sempre por conta do dono da obra que forn'ece também, quase sempre, o pano.

Os alfaiates do linho cortam e cosem *gabões* que podem ser abotoados ou não, e *capas* grandes ou pequenas. Ao seu mester pertence ainda a costura de *alvergas* que são de ramais ou cordões,

ou de polainas, de *chapeleiras* e da obra maior de vários panos de que se fazem os *tendilhões* ou tendas de campanha ao preço de quantas *varas* levarem.

Os tecelões e as tecedeiras vamos encontrá-los em casa. Há famílias que trabalham, desde tempos imemoriais, no seu tear manual. Caída estirpe de tecelões tem a *sua maneira* e o velho tear de gerações já lhe lesstá afeiçoado como um animal doméstico : corre e desliza ao leve tatear de mãos destras e conihlelctidias. O mester da tecelagem é um mester da tecelagem do linho em suas várias espécies. O pano de linho, desde o mais fino lenço até à grosseira argã, é uma peça saída das nossas mais velhas artes tão remotas como as gentes desta orla ocidental hispânica. Da cultura do linho nos recôncavos dos arroios, da sua colheita e espadelada, da sua fiação nas rocas e no fusos avoengos — obra carinhosa e persistente da mulher que em tais instrumentos, vê os símbolos da sua dignidade no lar — até os novelos serem filhados no tear, quanta caminhada pelos trilhos da ribeira, quanta volta em tomo da casa numa ubiquidade de trabalhos domésticos onde o deslizar do fio da roca para o fuso a girar sempre nas suas rotações, é um verdadeiro sortilégio. Nos ritmos da fiação há qualquer coisa de anímico, como que um prolongamento das fiandeiras para o próprio fio.

Vamos encontrar tecelões e tecedeiras a entretecerem os fios nos seus teares e, após horas de trabalho, o pano novo vai caindo, caindo sempre em compasso ilento mas palpitante como a vida, motor de toldo aquele movimento.

Prontas as peças de linho e ide linhagem, agrupam-se pelas suas qualidades. O pano largo, o linho avincaldo mais ou ménos estreito, o linho largo e delgado, os mantéis, o burel mais grosseiro, saído da fraca lâ dos nossos rebanhos de charneca, os almatraques delgados ou grossos de que se fazem alcatifas e os enxergões, os teares dos costáis, as argãs ou argãos de que se fazem as sacas para o trigo, são as espécies que saem dos teares dais terras trigueiras do Alentejo dos «montes» e das campinas do pão.

O mester da tecelagem ido linho tem ainda qualquer coisa de magia télúdica que filia o homem à terra-mãe, essência improvisora e promissora de tudo.

Quando alguém quer comprar um peça de pano de linho ou de burel, ou alguns argãos trigueiros para fazer sacas vai com o tece-

lao ou a tecedeira 'e leva as pegas escolhidas ao rendeiro das *varas* para fazerem a vareajem do paño, que é a sua medida, e fecharem negocio pello preço da almotaçaria da Cidade. Os panos medem-se às *varas* e têm, como medida menor, a mão.

O medidor rendeiro das varas de panos de linho, de *saiál* que é mais grosseiro e de *almáfega* — o burel branco dos lutos — paga-as do iseu trabalho no próprio género sujeito à varea jem, sendo metade por conta (do vendedor e a outra pela do comprador).

Nas próprias casas dos teares ou próximo trabalham vários mesteres subsidiários que preparam a matéria prima — a lã ou o linho — ou a transforma, já depois de tecida, dando-lhe as formas conforme o seu destino.

Vemos, além, os *tosadores* tosar a lã ao aparar a sua felpa. Mas têm de ter cuidado com o varejo dos Almotacés pois estes os encoimariam em 60 soldos se, na tenda, descobrissem pano recebido sem o selo do *Concelho*.

Ali, ido outro 'lado, um mesteiral a empastar a lã para fazer o feltro. É um feltreiro que está em casa da dona da lã onde recebe 4 soldos, mais o sustento, por cada «pedra» i(medida) de lã que *abeste* (empaste).

Na imiesma ícasa, debaixo daquele telheiro do páteo, junto ao forno do pão, 'estão as *penteadadeiras* e as *tasquinheiras* ia trabalharem os molhos de linho bonito separando-lhe o *tasco* com auxílio da espádela, a 2 soldos e 4 dinheiros por dia. E lá está também o tamiceiro a fazer cordel de esparto — a *tamiça*— que ata em meadas de 25 bragas (braga = 2,20 m), a medida menor permitida.

Num beco próximo, um *colchoeiro* na sua tenda, faz *cocendras* ou *cócedras* /(colchões). Se a cócedra é chã, leva 20 soldos pela obra. Se é grossa leva mais 5 soldos. Mas se a cócedra é *acendrelhada* e grossa o preço, só pela costura, anda por 30 soldos. Se a cócedra *acendrelhada* é delgada então a costura sobe a 40 soldos.

Continuemos a ronda dos mesteirais visitando as tendas dos pequenos e dos grandes. Já que estamos em maré de obras de tecedura e de entrançados cheguemo-nos àquele *albardeiro* para o inquirir do seu mester. Tal como sucede a outros — disse-me — tem dois trabalhos: fazer obra nova para cavalo custa 7 soldos, sendo 5 para pagar o trabalho. A albarda nova de asno está almotaçada em 4 soldos e tira 5 pela «mão». O conserto de uma albarda de

cavalo, empalhada de novo e encordoada, faz-se por 5 soldos e 3 quando a albarda é de asno. O ganho do homem não é muito desabafou o mesteiral.

Voltemos ao esparto, aos tecidos e entrelaçados. Veja-se o que fazem os *seireiros* e os *cesteiros*. Encontravam-se na feira e, pelo que se 'entendeu, trabalham fora, no mato, e vinham à cidade tratar as suas vendas. Faziam *seirões* que no mato valiam 7 soldos pelos preços /da almotaçaria, mas na cidade ou nas vilas podiam vendê-los por 8. — Quanto custam aqueles cestinhos de mão e os cabanejos? — 18 dinheiros. — E os cestos de colo que são maiores? — São 3 soldos. Tudo preços do Concelho.

À visita do estendal da louça cozida que os oleiros fazem mo seu terrado da feira, somos naturalmente atraídos pelas velhas e bizarras formas das vasilhas de barro modeladas na roda e cozidas no forno donde saem mais 'consistentes e icoraldas. Os mesterais da olaria são artistas consumados da forma. Os trabalhos saídos das suas mãos são modelos de elegância, apurados por uma sensibilidade plástica, afinada durante milénios, desde aquele quase mítico vaso campaniforme até à esbelta infusa com asas, milagroso invólucro da frescura das águas na pesada calma da charneca que, ainda hoje não tem par, como meio refrigerante de um fresco natural, o único capaz de saciar o mais sequioso encalmado.

A obra do oleiro é uma obra de arte. Tenha o destino que tiver, o trabalho saído das suas mãos é sempre um trabalho harmonioso die çcurvas e contra-curvas que é a chave e o modelo da beleza perene.

Olhemos para aquelas grandes talhas de carga ou para as mais pequenas, medidas de 3 e de 2 cântaros, bojudas mas airosas, onde o lavrador arrecada o seu tesouro de trigo, de azeite ou de vinho.

Perto das talhas lá estão os cântaros, de tamanho marcado, para lhes servirem de medida. E as infusas ide água? Têm asas e são várias — umas pequenas, outras maiores ; umas paradas e outras bicadas—ali, sequiosas, à torreira do sol da feira, a implorar comprador que as leve e dessedente. Púcaros para água e púcaros para vinho enfileiram-se com as tijelas de monte, com as de forno maiores ou mais pequenas. Os largos alguidares de amassar pão emparceiram com os mais modestos e com os vasados de 2 cântaros. Pannels e testos, de vários tamanhos e feitios, pejam o chão e invocam o

seu préstimo. Os ciandieiros de barro, descendentes directos das incomparáveis lucernas da Lusitânia romana, aguardam a mecha e o azeite para receberem, quase como num rito, o lume tirado do fogo da lareira que se pega à torcida da mecha, transformando a sua chama na mais plácida das luzes, centelha simbólica da sabedoria antiga.

Na obra do oleiro projecta-se toda a vida do homem. Se lhe acrescentar a telha e as condutas; os tijolos, as tijoleiras e os laidrilhos é toda uma' fábrica montada para o nosso maior benefício.

Um relance pelas olarias da feira de Évora, ao entrar nesta última década do século xiv, é uma vista indiscreta da maneira de viver de uma sociedade urbana ainda imuito ruralizada.

Os oleiros trabalham às fornadas de tantas peças consoante o tamanho da louça a cozer. O preço da sua obra está fixado. As talhas, os cântaros, os vasados, os alguidares e as tijelas de forno vendem-se a soldos. O resto sai tudo a dinheiradas. As talhas constituem a obra mais cara o que não admira dadas as suas dimensões. Custam entre 15 e 7 soldos. As mais baratas das peças de olaria são ias panelas. Vendem-se a 2 idánheirosis. Há-as mais custosas e só pelos seus testos dão-se 6 dinheiros.

Como é dia de feira vamos aproveitar e saber dos *almocreves das saquiladas*, quie aili param com lais suas azêmolas, como vai o seu mester. Estão a descarregar de cavalos, muas e asnos a saquilada de trigo e de cevada do seu frete. O grão destina-se à Cidade ou é vendido, aqui, no mercado da feira. O ganho do almocreve — dizem — é a parte que lhe fica da carga calculada por *medidas* e *distâncias*. Nas saquiladas, a unidade é o *moio* ¹(= 60 alqueires). A distância é contada por *léguas*. Por cada moio de trigo ou de cevada transportado a 2 léguas, o almocreve recebe 4 alqueires pelo trigo e 6 pela cevada ; se são 3 léguas, recebe 5 e 7 ; se são 4, recebe 6 e 8; se 5, a sua parte é de 7 ou 9 alqueires conforme se trate de trigo ou de cevada. Por cada légua recebe mais 1 alqueire.

O serviço dos *almocreves* ou *azemeis* é um serviço caro. A manutenção dos animais ide carga, e mlantê-tos em condições de fazerem os fretes, é encargo pesado, muito sensível às desvalorizações e ao aumento Ido custo de vida. O pagamento feito em géneros e o aumento, consentido pela cidade, do frete em dinheiro verificou-se,

precisamente, nesta altura com os azeméis dos fornos: por cada carga de 4 animais levam 25 libras em dinheiro mais o pano, o burel e o calçado ido costume que se mantém quando a carga é de 3, (mais o custo do frete reduzido para 20 libras em dinheiro. Ir buscar uma carga (de mato com quatro ou três animais, ou uma aziêmola e um asno obriga o dono ido mato a pagar ao almocreve dez libras, em dinheiro, mais 30 alqueires de trigo, 12 varas de burel e seis ide pano meado. Presúmeosle que o custo deste frete seja por toda a carga que se traz de uma distância conhecida e sempre a mesma. Uma ida ao matagal buscar mato já se sabe: tem aquele preço em dinheiro e em géneros.

Fora dos muros da cidade uns pedreiros talham a pedra e uns carpinteiros, icorn a sua enxada afeiçoam a madeira de umas traves. Estes mesterais trabalham em obra de construção quase às portas da muralha. O alvanel com a sua colher espalha a argamassa e coloca as pedras enquanto os carpinteiros com os seus *caí pais* (?) preparam traves e ripas. Os revoltaros fazem a argamassa que os *serventes* levam ao alvanel. O pedreiro de talha continua a desbastar a pedra com o seu picão. Soubesse, por ele, que estes mesterais recebem à *jorna*. Os pedreiros e os bons carpinteiros recebem 10 soldos por dia. Os outros têm uma jorna de 8 soldos. Os *revolteiros* recebem o mesmo. Os *sergentes* (serventes) ficam-se nos soldos de jornal. Todos têm o seu ganho diário acrescido da ceia. O pedreiro queixa-se da carestia e tem duras palavras contra os *caeiros* pelas malfeitorias que fazem na venda da cal. Nunca a vendem pela medida conveniente. As suas *argãs* ou *taleigas* são mais pequenas do que devem com grave prejuízo de quem tenha que lhes comprar a cal. A *argã* ou *argão* tem uma medida certa dada pelo Concelho: 1 vara de comprimento (= 1,10 m) por $\frac{1}{2}$ vara de largura, fora o desconto da forma da taleiga.

Prossiga-se na inquirição dos mesteres mas já dentro da cidade outra vez.

O Concelho está reunido com os *atafoneiros* Álvaro Martins e Afonso Ames, genro de Lourenço Caldeira. O fim da reunião é fixar o preço de cada *moenda* com uma boa margem de ganho.

O trabalho diário da atafona é de uma moedura de 16 alqueires de trigo e custa, em ração de cevada para os animais, em jorna do

mancebo, mo seu mantimento idie (pão e de conduto, no aluguer da casa e em aceite, acrescido do lenioairgo diario correspondente à solidadla do ano i(espécie de gratificação) e iao calçado de burel, umiais 5 libras.

Os atafoneiros presentes calculam que pondo o alqueire de trigo de moedura a 12 soldos, os 16 alqueires diário® montam a 9 libras e 12 soldos (1 £ = 20 soldos). Tiradas as 5 libras, que são o encargo do trabalho da atafona, ficam 4 libras e 12 soldos. Como ganho diário já é um bom ganho. Acordou-se, então, fixar em 12 soldos a moedura de um alqueire de trigo.

Alguns 'dias depolis soube-se que a moedura ide 1 alqueire de trigo foi elevada de 12 para 15 soldos, com o meio alqueire arredondado para 8 soldos em vez de 7 solidos e meio. Evitou-se a dificuldade dos trocos.

A fixação do preço por alqueire de moedura de trigo parece não ter (agradado a muitos atafoneiros. Juntaram-se uns tantos «em maneira de 'confraria» e (andaram por todas as atafonas de Évora. Tiraram-lhes as *segurelhas* das mós (peça de madeira enfiada no espigão da mó inferior para regular o movimento da superior) e obrigaram os moinhos a parar. Os atafoneiros não trabalhariam enquanto não os deixassem moer como quisessem. Esta paralisação do trabalho acompanhada de ameaças e de actos que inutilizaram as atafonas chegou ao conhecimento do juiz. Este mandou logo inquirir do sucedido.

Entretanto os do Concelho deliberaram que o cálculo do custo dos encargos idas 'atafonas, fosse feito pelo valor actual da moeda e 'ao custo (*da* razão diária dos animais, se acrescentasse 25 soldos, custo de 1 alqueire de farelos não mencionado nas avaliações.

Mas deixemos os atafoneiros, organizados à maneira de confraria, a luítaiem com o Concelho em defesa dos seus interesses e o Concelho, impassível, a fazer posturas e a taxar almotaçarias, com a presença convocada dos vedores dos mesteres relacionados com a ordem das deliberações e vamos à tenda daquele alfageme tão cheia de movimento, de ruídos de ferragens e de montes de peças de armeiro, onde sobressaem caixotes e caneliras, braçais e mogiques, relhas, capelinas, bacinetes e tudo quanto há em pertences de armadura.

Pedras de amolar (de moer) fixas ou de roda, bigornas grandes e pequenas com os seus malhos, a forja rubra com os foles a arfar,

a mesa onde se talham as peles e o couro das bainhas, todos os instrumentos e matérias de limpar e polir atravancam o espaço, enquanto do fio da lâmina de ferro, ide boa tempera, a roda de amolar projecta feixes de fâscas brilhantes com o seu estrelejar característico, le, na bigorna, o alfa geme, em sábias marteladas, corrige as amolgadelas ide uma caneleira ou de um bacinete antes de os limpar e polir.

O nosso alíageme não cura só das armas ie das armaduras. As ferramentas e as alfaias de lâmina, gume ou bico lá estão, à sua volta, e aguardam o beneficio de uma afinação de rejuvenescimento que as ponha como movas. Além dos *machados*, novos ou velhos, e das *machadinhas* — instrumentos ecléticos e de tanto uso — vemos outros de emprego tão comum: as *cunhas de falquejar* de que se servem os carpinteiros para desbastar a mafdeira ou os fornialheiros à boca das suas fornalhas; as *cunhas de mão de falquejar* novas e bem calçadas; a *enxó mourisca*, de «preto», isto é, como vem do ferreiro; os *escopros*, as *foices roçadoiras* movias ie calçadas; os *podrões novos*, de «preto» qual vem do ferreiro; os *podões calçados*; os *podões novos* que vêm de fora, dão-nos o quadro da ferramentaria em uso numa cidade, como Évora, centro misto simultaneamente urbano e rústico e, pelo que se vê ma tenda do 'alfageme, também militar tal a .profusão de armas acumuladas aos pés ido mesteiral para se corrigirem ie limparem. O homem do mester teve o 'cuidado de separar as *espadas*, que lhe foram confiadas para limpar e afiar, em dois grupos, lamonitoaldos perto de si: as *espadas* são muito eixosas, quer dizer, pouco ou quase nada ferrugentas; e as cheias de ferrugem. Veem-se *cutelos* e *punhais* de «marca maior» ou mais pequenas que ali estão para 'afiar. Há muitos ferros de *áscuma* para «açagar» (afiar) i(*áscuma* — ponta de lança de arremesso). Ali enicontram-se as áscumas afiadas «em ponta de oliva», umas maiores <e outras mais pequenas; as chamadas «de monte», «de preto» como vêm do ferreiro, para serem afiadas e polidas pelo alfageme; e aqueles «*ferros de oliva*» tão característicos, chamados de Eivas? Não há dúvida, a Cidade dispõe, pela 'aparência desta tenda, das armas suficientes <e pode levantar uma hoste e guarnecer a linha fronteira contra o castelhano. A par desta mavórtica ferraria quanta coisa miúda espalhada pela mesa e em cima de caixões ! ? *Canivetes*, *tesouras* para amolar, *navalhas* a corrigir, *estiletos* e *agulhas*, enfim, tudo quanto o alfageme possa fazer, com a sua

consumiada habilidade em amolar, afilar, polir, limpar e em fazier as *bainhas* das espadas e dos punhais com a carneira e as tabuinhas que ali tem sobre o banco. Esta é a obra mais cara do mester. Uma *bainha* movia feita de boa pele de carneiro, com ais suas tabuinhas, incluindo a limpeza 'da espada custa, ao dono desta, 15 soldos. Se a *bainha* leva *cruzes* por fora, o alfageme cobra mais 1 soldo. Mas se o dono da *espada* trouxer o couro e as tabuinhas, o mesteiral recebe 6 soldos pelo seu trabalho. Como sempre, os pregos são taxados pela almotaçaria, excepto quando se trata do trabalho de limpeza das peças de armadura ou de coisas miúdas, como as *tesouras* por exemplo. Nestes casos, deixa-se a fixação do preço ao justo critério dos «voadores» ido mester.

Antes ide concluir esta inquirição sobre os mesteres 'da cidade de Évora não devemos faltar com uma referência ao reflexo da vida económica da época e daquele meio projectado no comércio da usura e nas almoedas feitas por execução da justiça.

As *adelas* e os *porteiros* fazem especulações no comércio da venda dos penhores e levam preços maiores, sobretudo quando andam pelas feiras no seu giro de ambulantes. Era preciso pôr cobro à ganância desmedida. Os da vereação assim o entenderam e fixaram a parte que cabe, por libra, à adela ou ao porteiro naquelas vendas. A tabela estabelecida foi esta 'C¹):

até 20 £	levem por cada £	6 dinheiros
de 20 a 50 £	»	4 »
de 50 £ para cima	levem, <i>ao cento</i> , por cada £	4 »

Não há como a desvalorização da moeda e as suas imediatas consequências para saber dos valores entesourados que a crise obrigou a entrar, no comércio, revelando, por eles, o trem de vida de uma sociedade e de um tempo avaliados através dos artefactos utilitários ou de adorno que são coisas de muito interesse por saírem dia® mão® adestrada® do mesteiral, da terra ou de fora.

Adornos vários de ouro ou de prata, *trenas* (fita ou diadema) de ouro ou de prata, *alireses* '(mobiliário), peças de seda (*sirgo*),

(!) 'Convém lembrar que estamos antes da reforma monetária de D. João I e, portanto, a *libra* vale 20 *soldos* e o *soldo* 20 *dinheiros*.

cintas de valia atestam o gosto de uma gente normalmente abastada e amiga de ostentar.

Dos bens ide raiz, dos gados, dos animais de carga, do pão enceleirado e do vinho em talhas se deduz a riqueza agrícola armazenada pelos eborenses lavradores.

Quanto aos animais de carga, temos cavalos e muares selados e enfreados 'ou lallbardiados a que se acrescentam os não menos operosos asnos.

As peças de valenciana (panos), os panos maiores, o burel, os panos de linho são os tecidos usuais da gente da cidade e do seu termo.

O mel, a cera, os couros, o cebo, o unto, o pez, a que se deve juntar muitos 'outros géneros, são merca dorias de consumo corrente e, armazenadas, constituem riqueza dos mercadores.

Tal é o quadro dos bens móveis, dos ide raiz e dos géneros fungíveis ou infungíveis que 'envolve a economia die Évora ao arrastar de uma crise que ia ter o seu desfecho em breve, mas quadro de valores onde *porteiros*, *adelas* e *corredores* são os agentes típicos em execução de penhores, em vendas em almoeda, em pregões de execução de justiça e, neste último, só com o direito da dizima. Quanto às restantes transacções enumeradas, aqueles agentes têm a sua parte estabelecida, a tanto por libra, segundo urna tabela que a vereação da cidade organizou para evitar a 'especulação na venda dos penhores.

Ao entrar na penúltima década do século xiv a vida económica da cidade de Évora como, de resto, a de todo Portugal, sofre das consequências da quebra ida moeda recurso da Coroa para enfrentar os encargos pesados e não lucrativos de uma política de guerras (aparentemente mal conduzida. Contudo o mal-estar económico, sempre muito sensível entre os mesterais, não teve na urbe alenteja na, antes da revolução do Mestre de Avis, efeitos desastrosos. Nota-se, até, um esforço de colaboração e entendimento entre as magistraturas do Concelho e os homens dos mesteres, sempre chamados à fala quando os interesses da cidade entram em jogo fe os deles estão em causa.

As famosas posturas de Évora das últimas décadas do século xiv documentam bem a rubrica sobre a *superintendência do Concelho com a representação convocada dos mesteres* interessados.

Em regra as coisas passam-se deste modo: os magistrados e a vereação chamam à sua presença um antigo mesteiral já retirado das lides ido seu mester e ouvem-no, como homem-bom, sobre a matéria específica que terá de pronunciar-se como perito — a qualidade do (trabalho, os (pesos e as medidas, o preço 'dos géneros e artigos, a paite do 'custo da obra e ja dos micios, o tempo gasto e os prazos de entrega.

Instruídos com as informações 'desinteressadas do antigo mesteiral, os do Concelho convocam os *vedores* (ou *veadores*) do mester que são sempre dois mesteirais, em pleno exercício, encarregados de representar, junto da Câmara, o seu mester e, com eles, discutem, minuciosamente, os casos pendentes e, na maior parte, o *veadores* fazem prevalecer os seus pontos /de vista: a informação do velho mesteiral lé obsoleta ; os juízes e vereadores não foram (esclarecidos; o velho mesteiral não (está a par das moldas e das 'novas maneiras de trabalhar nem dos novos encargos; os *veadores* desfiam, com todos os (pormenores, os encargos (do custo (da obra ou do trabalho realizado na tenda Ido mesteiral, (em casa do (dono da obra, ou no lugar onde (esteja o engenho ou a obra a fazer. Depois de ponderadas todas as (circunstanciais, os da vereação acordam em fixar a almotaçaria ou em estabelecer normas reguladoras em que defendendo a honestidade do trabalho e da transacção se defende o interesse justo (do mester. É frequente modificar-se, a favor dos artífices, uma deliberação tomada um pouco jantes. Apesar dos juízes e vereadores estarem sempre atentos às tendências gananciosas ou fraudulentas, ao (deliberarem são constantes em procurar atender também à defesa dos legítimos direitos dos homens dos mesteres, chegando ao ponto do arredondamento dos preços, para mais, quando há trocos a facilitar.

Os mesteirais de Évora, no século xiv, têm peso dentro da cidade. Um belo dia não chegaram os *atafoneiros* exigir da Câmara que os deixassem trabalhar como entendessem e, para reforço da sua exigência, não pararam as atafonas tirando-lhe as *segurei has?* E como o fizeram? Organiza'ndo-se à *maneira de Confraria*.

O século xiv é um século (decisivo na vida dos mesteres (dentro da sociedade urbana já suficientemente constituída como unidade económica e provida de forças políticas mias conscientes. Um outro centro característico de trânsito e de negócio mas, desta vez,

situado na desembocadura de um rio navegável escala de vias de navegação marítima o (Porto — o burgo mesteiral e mercador da margem direita do Douro, — vai-nos mostrar como trabalha.

Navegável até S. João da Pesqueira, o rio Douro é ótima via 'do tráfego vinícola e por ela se escoam tudo quanto se produz nas terras marginais. Barcos e barquetas trazem até às ribeiras de Gaia e do burgo tío Porto os tonéis e, aí, passam para jáis naus le grandes barcas que levam o excedente do nosso vinho e o distribuem pelo norte da Europa depois de desembarcarem mercadorias exóticas que vão desde as lespâciarias provenientes do sul, já mercadoria de tomia viagem, até aos pianos feitos nas tecelagens de Inglaterra e da Flandres.

Importante porto de escala, o burgo da Vila do Bispo é também um grande centro distribuidor que abastece um denso núcleo de população. Tanto do lado de Gaia já como ida sede episcopal fundeiam e encostam muitas naus, grandes e bojudos barcos e outros navios do mar, de mistura com as barquetas do rio, de grande remo de direcção, próprios para as conduzir no meio da torrente impetuosa, e com os muitos barcos e batéis que ali passam gentes e haveres de uma para outra margem.

A chegada e a partida de tantas (embarcações ie o movimento da descarga e da carga dão às duas margens, naquele troço fluvial, grande azáfama. A presença de tanta marinharia de diferentes linguagens, tipos le vestimenta, anima o vai e vem dos cais até ao rubro, por força ido vinho e das violências das rudes 'companhas 'dos embarcaldãos nos seuls encontros, quase isempre sangrentos, como os maraus da ribeira.

O navio que demanda a foz do Douro e arriba entre o Porto e Gaáia traz avarias. Precisa 'de ser posto 'em seco, varado, visito e retieber consertos e beneficios para ficar em condições de se fazer ao mar com segurança. As águas fortes e sempre agitadas pelos ventos do Atlântico maltratam cascos e aparelho das melhores naves e são a causa das árduas labutas das reparações empreendidas pelas companhas de todos os barcos arribados. Às vezes as avarias são grossas. Demandam operações prolongadas e difíceis. Então não há outro remédio senão meter o barco em estaleiro — pô-lo na carreira das *Taracenas* (ou *terecenas*) para aí receber consertos mais completos.

Há, porém, *taracenas* nas duas margens do Douro: as do Porto

e ais da Ribeira die Gaia. Tanto de um como do outro lado há estaleiros ipertencantes ao rei — as *taracenas reais* — e há os que não são. Os barcos — naus, baixéis e outros navios — pertencentes a proprietários ou mestres da terra ou de fora são construídos ou reparam-se nos estaleiros particulares e, naturalmente, há até *terecenas* dos próprios armadores dos navios.

As *taracenas reais* — onde se constroem e reparam os navios das frotas reais — têm uma organização administrativa e técnica com um *almoxarife*, um *escrivão* ie um *mestre*. Como nas outras *taracenas* do reino, as do Porto e de Gaia têm os seus mesteres especializados e, entre eles, destacam-se os *carpinheiros* chamados da Ribeira e os *calafates* como gente que trabalha na carreira enquanto o barco se constrói nela ou nela está varado para reparações. Outros mesteres auxiliam e colaboram com aqueles especialistas. Os ferreiros, à sua forja, têm importantes trabalhos a fazer ao prepararem *juntas*, *rebites*, *cintas* e *chapas*, *fechos* e *fechaduras*, *gonzos* e as *âncoras*. Enquanto os carpinteiros lançam, sob o olhar vigilante do mestre, a quilha e começam a armar as cavernas, os ferreiros malham o ferro ao rubro sobre as suas bigornas e, à força de pancadas peritas, dão ferma à peça que depois temperam e ajustam às medidas determinadas. Quando o *tabuado* se ajusta ao cavername para formar o *casco* e o seu *forro*, lentram os *calafates* munidos de estopa e de pastas viscosas. Colocam as tábuas, ajustam-nas muito bem, aconchegam-nas às *cavernas*, onde as fixam com rebites de cobre e cunhas de madeira, tapando todas tais fendais com estopa e *pastas de breu*, de forma que todas as juntas do tabuado do casco e do forro fiquem estanques à infiltração da água. O trabalho do *calafate* — a *calafetagem* — é umia operação essencial nas obras das *taracenas* e o mester é uma especialidade. Estes mesteirais dos estaleiros recebem as melhores soldadas quer trabalhem de sol a sol ou às marés, (conforme as circunstâncias, e têm idireito a mantimento. Os seus auxiliares preparam-lhes o trabalho. Enquanto uns fazem a viscosa mistura do breu com resina, pês, cebo e azeite e lhe deitam vinagre, para facilitar a coagulação, outros desfiam meadas de estopa e colocam-na à mão do mesteiral que vai insinuando os fios de estopa nas juntas das tábuas depois de as ter impregnado da pasta. Uma camlalda de breu,, mais espessa, estira-se, depois pelas fendas das juntas. O calafate tem sempre muito a fazer. Quando não está na obra nova de construção, com o barco ainda na carreira ou

já 'depois de lançado, lá se emprega nos consertos das (embarcações arribadas venham com avarias — o que sucede quase sempre — ou venham de qualquer viagem só com o desconjuntado, por força das guirnaldas do mar, mas o suficiente para exigir o serviço do calafate.

O grande mestre da construção naval aqui na Ribeira do Porto, ali em Gaia ou em qualquer parte é o carpinteiro das naus, ou, antes, o 'carpinteiro das taraeenas ou da Ribeira. É ele que 'desbasta, a golpes ide machado, os (Compridos e grossos madeiros de carvalho ou pinho e os afeiçoa com a enxó, aproveitando o jeito natural de cada toro para lhe dar o destino mais apropriado conforme a sua curvatura ou o seu prumo, jeito que prefigura as curvas e contra-curvas do cavename, esqueleto do casco da nave.

Construir um navio é uma arte e uma arte plástica das mais notáveis. Os mesteres das taraeenas são engenheiros mas também são arquitectos. Construir um navio é como construir um edificio com uma forma particular de equilíbrio e de flutuação para poder «boiar» e navegar em todas as águas.

Nos estaleiros do Porto e de Gaia desde há muito que se lançam barcos à água.

Como sítio de arriba e como mercado, todos os navios que bordejam a costa atlântica da Hispânia o procuram. A palavra «Porto», como topónimo, veio-lhe do uso como «porto», ponto de escala e de abrigo e também de passagem do rio. Aberto à navegação e ao comércio idos povos do norte quando 'do grande transbordar das Cruzadas, corno fenómeno de expansão, o Porto viu animar-se a sua Ribeira à compita com a de Gaia e aumentar ia receita do Bispo donatário pela cobrança do dízimo de todas 'as entradas, estadias e saídas das naves e idas suas mercadorias que não poucas questões suscitou com as justiças 'da Coroa. A justiça real impôs-se por fim nos «feitos do mar» e ao almoxarife dos armazéns do rei foi mandado que ouvisse os feitos dos fretamentos das naus e dos fretes e das soldadas dos marinheiros e de outras coisas que pertencem às naus e seus aparelhos.

No bojo das naus, baixéis e de outros navios arrumavam-se mercadorias ; nas margens do rio acumulavam-se fardos, balas e tonéis; o armazém da Ribeira abarrotava e tudo sob o olhar cioso dos homens do bispo donatário e sob a reserva atenta das justiças reais: as especiarias, como o açafraão, a pimenta e o açúcar; os metais e

o ferro em realce; os couros, o unto, o cebo e a cera; os panos vindos da França, em voga nesta altura; o sal em trânsito ou para descarga; balas idie peles de coelho; costáis grandes, em cargas de animal, para saírem a barra com idesitiino às tenras de aliém-mar ie os tonéis de vinho e de vinagre 'das colheitas da terra e de riba Douro ; e até o pesicado da Galiza e de outras partes não escapam ao olhar do fisco.

A par das taracenas com o árduo esforço das construções e reparações, quanta vista e movimento na área ribeirinha Idas Iduas margens, causadas pelas chegadas e pelas partidas das bojudas naves de um único mastro grosso, rematado por amplo cesto da gávea, e com uma só verga e a sua grande vela redonda.

Na Ribeira, à mistura com marinheiros ie pescadores lá andavam, na sua faina, os mesteres subsidiários do tráfego marítimo. Os tanoeiros têm fama como gente bulhenta e de força e são os artífices indispensáveis ao complemento idos navios: são eles que fazem os tonéis para a reserva de água doce. Mas nas Ribeiras de Gaia e do Porto são algo de muito mais — fazem toda a tanoaria dos vinhos e dos vinagres da terra e é nela que saem a foz e vão além-mar. Os *esparteiros* trazem o seu esparto às taracenas e aos navios e os cordoeiros aproveitam os espaços, mais livres das margens para estirarem ou entrançarem as suas cordas de esparto ou de linho mais fino que servirão no cordame do aparelho das naves ou como amarras e cabos para a anicoragem ou para as cargas e descargas, conforme a qualidade do material e o calibre.

Os *barqueiros* dais barcas de pa'ssagem iconduzem, em vaivém quase contínuo durante o dia, gentes e carga de uma margem para a outra, ou aqueles barqueiros dos singulares barcos que Idescem o caudaloso Douro com os carregos do vinho e outros, são mesteres das tarefas fluviais ligados ao tráfego marítimo e ao abastecimento do burgo episcopal.

T,oda esta gente se junta na Ribeira de mistura com os *almo-creves* condutores do tráfego terrestre, e com toda a casta de animais de carga onde avultam azêmolas e asnos que são mais rápidos, pois o louro bovino, de compridas hastes levantadas, é a força poderosa utilizada nos grandes reboques marginais ou na varagem dos bardos mais pesa<dos.

Por entre esta multidão ruidosa distinguem-se as marinhagens estranhas com as suas algraviadas e vêem-se os homens do fisco

e os a'Imofcaoés nos seuls habitualis varejos, O *judeu dos câmbios* faz escambos e trocas com os da terra ou os de fora e os *mercadores* contratam com os *mestres das naves* um embarque ou um desembarque, enquanto entram e saem, pelas portas do mar, chiantes carros de boi®, animais de carga ajoujados de fardo® ou simples cavaleiros sobre as suas montadas, em confusão com uma peonagem de homens e de mulheres.

Das matas dos respectivos termos ou de longe, descem o rio ou são carga de junta® de bois o® pesados madeiro® destinados às obras das terecenas de Gaia ou do Porto. Entregues ao almoxarife do armazém passam para as mãos do mestre da tereoena que distribui ia maideira (pelos seus carpinteiros. Sob o olhar de um *carpinteiro melhor* 10® menos hábeis (começam o árduo trabalho do desbaste dos toros brutos que lhes serve também de prática. Vêm, depois, os experimentados afeiçoar a madeira e preparam os paus das balizas e da quilha, plainam as tábuas.

Lançada a quilha na carreira, levantam e armam as cavernas das balizas, completam estas, colocam o tabuado das amuradas e do forro. Então o mestre chama os calafates. Lançado à água e fundeado em frente da taracena, os carpinteiros colocam o grande mastro (com o seu cesto. Vêm os cordoeiros e a marinagem monta o aparelho e adapta a vela à verga. Calafetado e untado por fora e por dentro o bojudo navio está pronto para navegar.

Os artífices das taracenas classificam-se nesta época — reina o Senhor D. Fernando — em «*melhores*» e «*não tão bons*». Conforme a sua habilidade e prática assim ganham. São auxiliados por *moços*. Têm privilégios (especiais e gozam de muitas isenções. São mesteres privilegiados por pertencerem ao serviço directo da Coroa que muitas vezes implica mobilização mas frotas reais de guerra.

A instituição recente da *Companhia das Naus*, destinada a segurar os bens dos armadores, mestres e mercadores, sabe-se que deu muito trabalho aos estaleiros de Lisboa e do Porto. Garantido o negócio pelo estabelecimento de um seguro ou mútua dos navios, todos se afoitaram fazendo maiores investiminto® no comércio marítimo que teve, /como consequência, estimular a /construção naval. Trabalhavam as terecenas de Lisboa e do Porto, mas todos os outros estaleiros da borda do mar não estavam menos laboriosos.

Como se forma o fundo que constitui o *seguro dos navios*? Pela contribuição de 2% paga nas Bolsas de Lisboa e do Porto, de todos

os fretes e lucros dos navios. Com este fim tornou-se obrigatória a inscrição dos navios, de mais de 50 toneladas, pertencentes aos armadores de Lisboa e do Porto.

Os mestres do Porto desta época eram convocados para estarem presentes em certas reuniões da vereação da cidade quando se discutia matéria respeitante a qualquer mestre ou se procurava estabelecer acordo sobre algum novo encargo fiscal como sucedeu na fala do Concelho em que se celebrou o acordo de 10 de Junho de 1368 sobre a sisa do vinho. Estiveram representados os mestres de ourives, curtidor, seleiro, armeiro alfaiate e Sapateiro.

A sisa do vinho era um encargo de carácter geral. Por esta razão compareceram os representantes dos vários interesses do burgo e os mestres lá estiveram pelos seus agrupamentos económicos mais importantes mas não privilegiados com as isenções dos carpinteiros da Ribeira e dos calafates. (Por estes serem homens das tercenas reais gozavam de estatuto especial.

Os mestres do Porto, à Semelhança dos mestres de outras cidades e vilas do reino no decorrer do século XIV, eram chamados nas pessoas dos seus membros mais qualificados e independentes, para informarem a vereação dos assuntos específicos das suas artes relacionados com o interesse geral da comunidade concelhia e o próprio de cada mestre. E assim no Porto, como em toda a parte, os mestres foram-se habituando à participação nos negócios de interesse geral ou próprio, tratando e discutindo nas assembleias concelhias.

Aos juizes e vereadores competia superintender sobre as actividades dos mestres do Concelho mas estes eram convocados e ouvidos quando os seus interesses entravam em jogo. *Havia uma superintendência mas com a representação «convocada» dos mestres.*

Rumores da morte do Rei D. Fernando alvoroçaram os povos dos concelhos. Punha-se uma questão dinástica difícil e as forças do reino dividiram-se.

O eco da voz justiceira do alfaiate Fernão Vasques ressoava forte nas ruas de Lisboa e repercutia por burgos e vilas como um apelo de além-túmulo, a reclamar reparação de ofensas e defesa da terra ameaçada por cobiças estranhas legitimadas por fórmulas jurídicas já inadequadas às gentes portuguesas, agora conscientes da sua

personalidade. Foi este fenómeno novo que os mestrais sentiram e logo encarnaram quando vieram para a rua clamar. Empurraram os timoratos para a frente, fizeram rei um bastardo, e aguentaram uma guerra mortal.

Aquele tanoeiro Afonso Anes Penedo homem forte, foi a mola poderosa do alvoroço quando lançou a famosa ameaça que decidiu os *bons* do Concelho de Lisboa por D. João Mestre de Avis, filho do justiceiro D. Pedro e de Teresa Lourenço.

Os mestrais de 1383 esforçaram-se e marcaram posições que tiveram amplas consequências.

FONTES

Portugaliac Monumenta Histórica, A. Herculano
Documentos Históricos da Cidade de Évora, Gabriel Pereira
Descobrimientos Portugueses, Sill va Marques
Comunicações dos Serviços Geológicos de Portugal
A Casa dos Vinte e Quatro de Lisboa, Almeida Langhaus

BIBLIOGRAFIA

História da Administração Pública em Portugal nos Séculos XII a XV, 2.^a ed.,
 (Henrique da Gama Barros)
A Antiga Organização dos Mesteres da Cidade de Lisboa, 1943, (Marcello Caetano)
A Administração Municipal de Lisboa durante a 1.^a Dinastia — (1179-1383),
 1951, Marcello Caetano
O Concelho de Lisboa na Crise de 1383-1385 — 1953, Marcello Caetano
A Sociedade Medieval Portuguesa, Oliveira 'Martins
Aspectos da Administração Municipal de Lisboa no Século XV, separata dios
 números 101 a 109 da *iRevista Municipal*, 1968, Mafía Teresa Campos
 Rodrigues
História de Espana, org. p. Ramon Menendez Pelaio
 » » *Espana Prehistorica*
 » » *Espana Preromana*
 » » *Espana Romana*
 » » *Espana Visigotica*
 » » *Espana Mussulmana*
*L*Origine Delle «Arti» NéVEuropa Occidental*, P. S. Leicht, in «Bulletin of
 International Commitee of Historical Sciences, n.* 18, 1933
Estudos de Direito Municipal — As Posturas, 1938, F. P. Langhans
Antropologia Luso-Atlântica — Estudo do Homem Português, 1968, A. Langhanjs